

ATA DA NONAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 13-10-2021.

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro e Mônica Leal. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Gilson Padeiro, Jonas Reis, Juan Savedra, Karen Santos, Laura Sito, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Pablo Melo, Pedro Ruas, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 394/21 (Processo nº 0940/21), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Resolução nº 046/21 (Processo nº 0926/21), de autoria de Daiana Santos; o Projeto de Lei do Legislativo nº 347/21 (Processo nº 0831/21), de autoria de Idenir Cecchim; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/21 e o Projeto de Lei do Legislativo nº 385/21 (Processos nºs 0471 e 0921/21, respectivamente), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 397/21 (Processo nº 0950/21), de autoria de Márcio Bins Ely; o Projeto de Resolução nº 002/21 (Processo nº 0028/21), de autoria de Mônica Leal. Também, foi apregoado o Ofício nº 2538/21, do Vice-Prefeito, informando que se ausentaria do Município do dia onze ao dia quinze de outubro do corrente, a fim de participar de reuniões na prefeitura da Cidade do México. Ainda, foi apregoado requerimento de autoria de Matheus Gomes, deferido pelo Presidente, solicitando o desarquivamento de recurso apresentado por Adeli Sell contra o Parecer nº 197/20, exarado pela Comissão de Constituição e Justiça, relativo ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/19 (Processo nº 0230/19). Foi apregoado o Processo SEI nº 215.00115/2021-942, por meio do qual é autorizada representação externa de Psicóloga Tanise Sabino no dia treze de outubro do corrente, em ato de instalação de frente parlamentar em apoio à criação do Hospital Regional Federal do Vale dos Sinos, Paranhana e Serra, no Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Foi aprovado requerimento de autoria de José Freitas, solicitando licença para tratar de interesses particulares do dia dezoito ao dia vinte de outubro do corrente. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 2ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 031/21, discutido por Claudio Janta, Jonas Reis e Aldacir Oliboni. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Hamilton Sossmeier, Moisés Barboza, Lourdes Sprenger, Pedro Ruas, Laura Sito e Bruna Rodrigues. Na oportunidade, por solicitação de Pedro Ruas, foi realizado um minuto de

silêncio em homenagem póstuma a Ilza Maria Rodrigues Ponciano. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 022/21, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 021, 019/21, este discutido por Leonel Radde, 023/21, discutido por Cassiá Carpes e Jessé Sangalli, e 024/21, discutido por Cassiá Carpes, Matheus Gomes e Jonas Reis, e o Projeto de Lei do Legislativo nº 281/21. A seguir, por solicitação de Claudio Janta, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Alessandro Silva Faria. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Claudio Janta e Felipe Camozzato. Às dezesseis horas e dezoito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi apregoada a Subemenda nº 01, assinada por Comandante Nádia, à Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 012/16 (Processo nº 0154/16), e foi aprovado requerimento de autoria de Comandante Nádia, solicitando que essa subemenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Em votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/18 (Processo nº 0885/18). Foi aprovada a Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/18, por VINTE E SETE VOTOS SIM, DOIS VOTOS NÃO e UMA ABSTENÇÃO, tendo votado sim Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Juan Savedra, Kaká D'Ávila, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Ramiro Rosário e Roberto Robaina, votado não Karen Santos e Pedro Ruas e optado pela abstenção Laura Sito. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 015/18, por VINTE E TRÊS VOTOS SIM, OITO VOTOS NÃO e UMA ABSTENÇÃO, tendo votado sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Juan Savedra, Kaká D'Ávila, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Ramiro Rosário e Roberto Robaina, votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde e Pedro Ruas e optado pela abstenção Matheus Gomes. Em discussão geral e votação nominal, esteve o Projeto de Lei do Legislativo nº 035/21 (Processo nº 0118/21), com veto parcial, o qual, após ser discutido por Claudio Janta, Leonel Radde, Cláudia Araújo, Laura Sito, Bruna Rodrigues, Pedro Ruas, Moisés Barboza, Daiana Santos, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Jonas Reis, Comandante Nádia, Matheus Gomes, Aldacir Oliboni e Roberto Robaina e encaminhado à votação por Felipe Camozzato e Claudio Janta, teve sua votação suspensa, em face da inexistência de quórum deliberativo. Às dezoito horas e vinte e três minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Claudio Janta, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim, Márcio Bins Ely, Hamilton Sossmeier e Comandante Nádia. Do que foi

lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Dezenove Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum. Solicito ao diretor legislativo que proceda à leitura das proposições apresentadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

Aprego Ofício nº 2538/21, firmado pelo Sr. Ricardo Gomes, Vice-Prefeito Municipal de Porto Alegre, informando que se ausentará do Município do dia 11 ao dia 15 de outubro de 2021, a fim de participar de reuniões com a Prefeitura da Cidade do México. Processo SEI nº 118.00299/2021-17.

Aprego processo SEI nº 215.00115/2021-942, de autoria da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, que solicita representar esta Casa no ato de instalação da Frente Parlamentar em Apoio à Criação do Hospital Regional Federal do Vale dos Sinos, Paranhana e Serra, na Assembleia Legislativa, Teatro Dante Barone, na cidade de Porto Alegre - RS, às 14h do dia 13 de outubro de 2021.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. José Freitas solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 18 a 20 de outubro de 2021. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Registram presenças, pelo *chat*, os vereadores Gilson padeiro, Pablo Melo, Alvoní Medina, Roberto Robaina; registram também as presenças os vereadores Jonas Reis, Juan Savedra e Airto Ferronato.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar nos períodos de Pauta Especial e de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0898/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 031/21, que revoga a al. *d* do inc. I do art. 3º da Lei nº 12.865, de 3 de setembro de 2021. **(IMESF/Plano Plurianual/2022-2025) (SEI 118.00275/2021-50)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, membros desta casa, público que nos assiste, voltamos a discutir, nesta Casa, o plano que vai determinar os investimentos do Município. Voltamos a discutir a questão deste plano, mas também discutir políticas que nós achamos importantes para a cidade de Porto Alegre. Entre essas políticas, a cidade de Porto Alegre precisa disponibilizar para a população, para as mães de crianças autistas, os pais, as famílias, um centro de referência do autismo, um centro de diagnóstico das crianças autistas, jovens e adolescentes autistas, e também é necessário ter casas de acolhimento para os autistas adultos e idosos. Nós esperamos que políticas do governo possam permitir que a Prefeitura faça o início deste projeto, que a Prefeitura possa entregar para a população de Porto Alegre essa necessidade de mães, de pais, de famílias da nossa cidade.

Outra questão muito importante é do acesso à população à saúde, com a ampliação das Unidades Básicas de Saúde atendendo até às 22h. É importante ampliarmos isso, é importante chegarmos ao que determina a lei aprovada nesta Casa, para que todas as regiões do Orçamento Participativo tenham, no mínimo, uma Unidade Básica de Saúde atendendo até às 22h. A gente tem visto o quanto isso é importante para a população – com as 12 unidades que já tem na nossa cidade, funcionando –, porque permite que as pessoas, quando chegam do seu trabalho, tenham a acolhida dentro das Unidades Básicas de Saúde.

Também é imprescindível – para o *déficit* que nós temos de vagas em creches –, a ampliação do horário das creches; é um projeto que está nesta Casa, está na Ordem do Dia, está para ser votado em 1º Turno, porque muda a Lei Orgânica do Município, para que as famílias possam ter o atendimento dessas creches até às 23h e finais de semana, sábados e domingos, já que grande parte de trabalhadores da nossa cidade, trabalhadores do comércio, dos serviços, trabalhadores da área da saúde, necessitam da utilização desses aparelhos, necessitam dessas creches. Então a ideia é de ter creches atendendo até às 23h e nos finais de semana, conforme a demanda de regiões; ter creche na Av. Assis Brasil, já que nós temos um grande número de hospitais; na Av. Protásio Alves também, já que ali tem hospitais, e assim vai indo; perto dos *shoppings centers*, para atender a essa demanda dos trabalhadores.

E, não muito diferente da necessidade do povo, outra lei que foi aprovada nesta Casa, que é a escola em tempo integral. Hoje nós já temos em torno de 52 escolas funcionando, em Porto Alegre, em que as crianças entram, de manhã, na escola, e ficam até o final da tarde, exercendo várias atividades na grade – que foi mudada também nesta Casa –, permitindo a ampliação de currículos para as crianças que usam a escola em tempo integral.

E o mais importante neste Plano Plurianual, além dessas políticas públicas que são necessárias, é não prever recursos públicos que podem ser usados nessas quatro áreas, como dei o exemplo para vocês, para custear o sistema de transporte. Não permitir, neste plano, que seja tirado dinheiro destas estruturas: da saúde, da educação, da segurança pública.

Outra lei desta Casa, que é o cercamento eletrônico, falta concluir ainda em algumas avenidas e praças, nas saídas desta cidade, são temas importantes. Mas se nós tivermos que tirar recursos do Município para ajudar um sistema de transporte que diz que precisa de ajuda, um sistema de transporte que está falido, que tem que ser discutido num todo, nós realmente vamos estender, puxar muito esse lençol, esse cobertor, faltando nessas áreas que são de extrema importância para a população de Porto Alegre. Sem falar na questão da geração de emprego, sem falar na questão da geração de renda, de ajudar as famílias mais necessitadas, sem falar da questão da regularização fundiária, são todos temas importantes, agora custear o sistema de transporte, não pode sair do dinheiro público, pode sair de outras questões que acho que nós podemos ajudar a construir. Primeiro, discutir o sistema de transporte de um todo, discutir o sistema de transporte não somente de Porto Alegre, mas interligado com a Região Metropolitana, interligado com as barcas, interligado com a questão das lotações, dos aplicativos, táxis, bicicletas, *skates*, patinete, todo o sistema, tudo está virando transporte para as pessoas. Então é necessário nós discutirmos isso, as pessoas que moram nos extremos da nossa cidade, que moram na Restinga, que moram no Sarandi, no Parque dos Maias, na Nova Gleba, as pessoas que moram lá na vila Safira, precisam desse sistema de transporte, mas não podemos também tirar recursos para custear. É importantíssimo que, no nosso plano, não tenha receita para isso, sim, o objetivo de lutar para melhorar o sistema de transporte, o objetivo de integralizar todo esse sistema de transporte, tem projetos nesta Casa de incluir a Área Azul para custear, tem projeto nesta Casa, em outras Casas, que é a legalização dos jogos, legalizar os bingos, legalizar as raspadinhas, as loterias, para que uma parte desse recurso, além de ir para a saúde e educação, seja usado na Região Metropolitana para integrar todo esse transporte. Nós não podemos mais ver ônibus que vem lá de Alvorada, quando chega no Triângulo da Assis Brasil, esses ônibus começam a ficar vazios, depois vão até o Centro. Tem que ter uma integração de todo esse sistema de transporte, agora não vai ser com dinheiro público, porque dificuldade financeira os lojistas de Porto Alegre estão passando, dificuldade financeira as pessoas que trabalham com espetáculo, com eventos estão passando, dificuldade financeira quem trabalhou em transporte escolar está passando, dificuldade financeira toda a economia de Porto Alegre está passando, não é algo exclusivo do sistema de transporte. Quando esse plano não prevê isso, é um avanço

nas políticas públicas que nós podemos ter nas áreas da saúde, da educação, da segurança pública, no desenvolvimento social, no desenvolvimento econômico, de ter uma cidade para todos. Então, queremos parabenizar a Prefeitura por ter mandado este plano focando nessas questões. Queria saudar o Secretário de Administração, aproveitando que estou na tribuna, André Barbosa, do Município de Porto Alegre, o qual temos o prazer de ser filiado ao nosso partido, presidente do nosso partido em Porto Alegre. Seja bem-vindo, secretário André. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que nos ouve, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras que estão conosco nesta sessão. Nós sabemos quais são as intenções reais das privatizações, de terceirizações e agora aquele nomezinho bonito que eles trazem, as parcerizações, eles dizem que é uma parceria, mas só um lado lucra, o povo não lucra, o povo não tem vantagens, o povo perde qualidade. Quem foi que se envolveu, lá em Brasília, com a propina nas vacinas? Quem foi? As empresas, o CNPJ, e os malandros de sempre da direita brasileira, o jeitinho bom de governar e enriquecer às custas do povo trabalhador. Lá em Brasília, foi assim, a terceirização, porque daí eles ligam, Ver. Pedro Ruas, lá para o gestor do contrato, é assim lá em Brasília, eles ligam para o dono da empresa, para o subchefe, o subgerente, ajeita aqui para mim, ajeita ali, fulaninho vai estar no aeroporto te esperando com a mala, o beltraninho vai te encontrar no restaurante lá na cidadezinha de Goiás, com uma malinha caprichada, com algumas verdinhas. É a terceirização, por isso eles lutam tanto para terceirizar, e tem gente que gosta disso, gosta de seguir o bom exemplo, bom exemplo, entre aspas, bom exemplo do Bolsonaro, do Temer. Até o Temer do MDB está sumido, o que será que aconteceu? Tanta coisa que aconteceu neste Brasil com portos, tem até deputado federal do Rio Grande do Sul que sumiu do MDB, está sumido, nunca mais ouvi falar. A gente sabe o que “eles fizeram no verão passado”. Em Porto Alegre, o que é lamentável hoje, é lamentável, prefeito Melo, que o senhor mande para esta Casa a destruição do IMESF porque, na Justiça, está ainda em discussão. O senhor reuniu, no início do ano, montou o tal GT, "vou montar um GT para discutir, não quero desemprego, não quero deixar ninguém mal", foi lá e publicou no Diário Oficial a demissão dos trabalhadores do IMESF. Está devendo, prefeito, o senhor, o seu governo, está devendo na praça, deve as rescisões, as pessoas saíram com uma mão adiante outra atrás. O senhor acha bonito isso aí? Quer dizer, o senhor acha bonito andar pela Europa e dizer que está trazendo coisas? Não trouxe nada, qual o investimento que o senhor trouxe para as praças da cidade que estão abandonadas? Qual investimento que o senhor trouxe para educação que hoje tem um déficit enorme de vagas? Qual investimento que

o senhor trouxe para o saneamento? Nada. Qual investimento para a mobilidade urbana? Nada. Qual investimento para a geração de emprego? Não trouxe nada da Europa. Ficou lá fazendo o quê? Perguntem para o prefeito, por favor, nobres vereadores, o que ele trouxe da Europa? Eu não vi nada. Não trouxe nada. Mas aqui para a Câmara ele trouxe o projeto para atacar de novo aqueles que trabalham pela saúde. Concursados? Eles não querem concursados, os irmãos Miranda eles têm ódio, ojeriza, eles não gostam das pessoas que são concursadas, que têm estabilidade, por isso esses partidos estão com a PEC 32, para acabar com a estabilidade, aí eles chegam lá no servidor público e dizem: "Olha aqui, faz isso aqui. Vai lá naquele bairro lá, ajeita tal coisa, não sei que, não sei o que lá". Hoje servidor com estabilidade não obedece à ordem de político, ele obedece às ordens do povo porque é o povo quem paga o salário dele, não é o vereador, não é o deputado, não é o senador, não é o prefeito, não é o governador, esses vêm e passam quatro anos. Por isso tem que ter a estabilidade, mas aqui o prefeito não quer, na saúde não, ele quer os postos ao deus-dará, postos de saúde, mais de cem. Quem manda hoje nos postos de saúde? Essa é a pergunta que não quer calar: quem manda hoje nos postos de saúde da capital? Faltam dentistas, faltam médicos, faltam enfermeiros, faltam técnicos. Quem está mandando na saúde de Porto Alegre? É o Sparta? Evidente que não. É a sua adjunta, extremamente neoliberal? Talvez. Não sei, são questões. Agora fica aqui aquela nossa sempre vontade de entender o que se passa naquilo que não é o Diário Oficial. Demoram, tem coisas que demoram, e a gente é surpreendido, todo o dia é uma surpresa no jornal. A Sra. Ana Pellini é a responsável na Prefeitura pela venda de tudo, é vender HPS, vender HPV, vender o que der, o negócio é vender, é entregar, o DMAE está aí na linha de tiro. O governador foi também para a Europa junto com o prefeito, e saiu publicado no jornal que ele estava lá tentando parcerizar a Corsan que dá lucro, e o governador quer vender, quer fazer um IPO, parece até uma palavra japonesa, mas não é, é uma venda mesmo na Bolsa de Valores do patrimônio do povo, da história do povo, um pedaço da história do saneamento público, eles querem entregar, igual a Sabesp. A Sabesp, lá em São Paulo, se não dá lucro, não tem água; se a água dá lucro, aí tem. Quando eles querem, fazem racionamento, planejamento zero, mas ela está lá na Bolsa de Valores, tu compras ações da Sabesp, vende a hora que quiser. Agora o povo não é a hora que precisa que tem água. As indústrias que precisam muito de água não é a hora que elas precisam que elas têm, é a hora que o capital diz: agora vai ter saneamento. Aqui neste projeto do governo diz onde vai ter saúde, onde não vai ter, e não é o povo que vai decidir, serão empresas contratualizadas. Cadê a fiscalização disso tudo? Quem vai fiscalizar? Estão fazendo obras nos postos de saúde, essas obras realmente são necessárias? O orçamento aumentou, aumentou, por que não aumentou antes? Pergunta até para os antigos aí do governo Marchezan que viviam com o Marchezan noite e dia, para cima e para baixo. Pergunto para vocês, antes eram oito milhões no IMESF, agora dobrou o valor, e a saúde melhorou? Onde? Me expliquem. Hoje vou fazer um pedido de informações, de uma denúncia que me chegou, à Prefeitura. Vou aguardar a resposta sobre a saúde, vou aguardar que o governo se pronuncie, assim que procedo, faço pedido de informações, não vou no Ministério Público primeiro. Então vou fazer um pedido de informações

para ver como está essa situação na cidade, porque me preocupo que a dona Maria, da Restinga, chegue nos postos e seja atendida, que o seu João, da Bom Jesus, chegue lá e seja atendido, porque inclusive o pronto atendimento da Bom Jesus, não tem a ver com o IMESF, mas é saúde, tem dias que não tem médico, eles dizem assim: se botar empresa privada, não vai faltar médico. Eles diziam, e falta médico lá no pronto atendimento da Bom Jesus, aí eles mandam para onde? Mandam para o posto onde tem um concursado. Então, não me entendam mal, cidadãs e cidadãos, agora o fato é que tem gente que não para de amontoar dinheiro neste Brasil, não para de acumular, e, muitas vezes, isso não serve para o povo, isso tira do povo o direito às políticas públicas. Se hoje faltam recursos para a assistência, educação, saneamento e segurança, é porque em muitos momentos houve equívoco por figuras públicas, e isso a gente não pode aceitar. Estou fazendo aqui um pedido ao prefeito: prefeito, recomponha o IMESF, o IMESF vale a pena, ele é mais barato, e os servidores querem trabalhar e estão ganhando na Justiça, o seu reingresso. Dez já reingressaram. Um grande abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saudando nosso Presidente em exercício, Ver. Idenir Cecchim, saúdo os colegas vereadores e as colegas vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde. Me inscrevi para falar em Pauta porque é preciso esclarecer aos vereadores, às vereadoras e ao público do se trata essa iniciativa do governo municipal. Todos sabem o que é o IMESF, Instituto Municipal da Estratégia de Saúde da Família. É o instituto que tinha o gerenciamento e mais de 1.200 servidores na Atenção Básica em Porto Alegre. Pois olhem só o que aconteceu. Tem uma história muito longa, mas, resumidamente, o governo anterior, o governo Marchezan, deu por extinto o IMESF por causa de um julgamento no Supremo Tribunal Federal, encaminhado por algumas entidades, mas ainda não se extinguiu completamente esse julgamento, porque nesse processo foi encaminhado um *amicus curiae*, Ver. Pedro Ruas, o senhor é advogado e sabe muito bem, para poder reavaliar esse julgamento lá no Supremo Tribunal Federal. E esse *amicus curiae* foi aceito pelo Supremo Tribunal Federal, portanto, o IMESF, para quem pensa que foi extinto, está mentindo. O IMESF existe, tanto é verdade que mais de dez servidores foram reintegrados. Tinham sido demitidos e foram reintegrados no Município que, em tese, deveriam ser reintegrados ao IMESF. Mas o governo municipal atua, do Sebastião Melo, diz que o IMESF não existe mais, inclusive demitiu o restante dos servidores. Pois olhem só o que aconteceu. Quando nós discutimos o Plano Plurianual, foi incluída uma emenda sobre a continuidade da política defendida para o IMESF, de absorção dos trabalhadores, de ampliação das equipes de Estratégia de Saúde da Família para poder atender lá na porta da entrada do SUS, que é a Atenção Básica. Pois o governo não

contente com isso, ou alheio a tudo isso, porque nós tínhamos aprovado no PPA, Plano Plurianual, manda um novo projeto de lei para a Câmara, tirando o que nós priorizamos no PPA. Olhem que absurdo! Quer dizer, o governo não está admitindo que esses servidores tenham vida! Eles existem, são mais de 300 agentes comunitários de saúde, são mais de 200 agentes de endemias que hoje não têm a entidade, não têm o guarda-chuva. Estão numa parceria feita pelo governo anterior ainda, absorvida por este governo, lá na Atenção Básica, e que ninguém sabe quem é o chefe, quem é o patrão, quem é o diretor, quem é a entidade. Os agentes de saúde não podem ser demitidos, essa é a grande verdade, porque a Emenda Constitucional nº 51 proíbe que o governo municipal demita esses servidores. Portanto, a única alternativa que nós temos é continuar pelo IMESF, que é uma empresa pública de direito privado, ou constituir uma nova empresa que pode, inclusive, se o governo quiser, continuar com a parceria com a iniciativa privada, mas que tenha a âncora de legitimidade de poder dizer que esses trabalhadores da Atenção Básica, agentes comunitários de saúde, agentes de endemias e outros que venham a fazer parte das equipes do Programa de Saúde da Família, pois para cada equipe, às vezes as pessoas não sabem, uma equipe se constitui com médico, com enfermeiro, com dois técnicos de enfermagem, quatro agentes comunitários e um agente de endemias. Cada unidade de saúde, na grande maioria delas, tem uma, duas, três, ou em algumas que viraram clínicas de saúde têm até quatro equipes da saúde. Então vamos parar de falar algo que vocês não conhecem, vereadores e vereadoras, o IMESF não foi extinto, ele existe. E o Supremo ainda há de dar, com certeza, o direito de legitimá-lo. Volta a constitucionalidade na medida que julgar o *amicus curiae* encaminhado por alguns partidos de esquerda lá no Supremo Tribunal Federal. Então, a legitimidade feita pela CEFOR, na presidência da Ver.^a Bruna Rodrigues, de constituir a continuidade da política do IMESF é real, é concreta, é visível e é atual. Portanto, neste projeto de lei encaminhado pelo governo municipal, vamos ver quem, de fato, está do lado dos trabalhadores da saúde ou só em eleição, quando alguns vão lá no posto de saúde dizer que vão votar a favor deles. Aqui está a verdade que, em breve, possivelmente, o governo vai colocar em votação. Sim, pela continuidade do IMESF, pela continuidade da Atenção Básica e pela dignidade desses servidores que foram demitidos injustamente. Essa é a verdade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde a todos, boa tarde, Sr. Presidente e colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara. Também agradeço aqui ao Ver. Giovane Byl, Ver.^a Tanise Sabino. Subo a esta tribuna, nesta tarde, para, em primeiro lugar, agradecer aos 17 colegas vereadores

que, na sessão retrasada, aprovaram juntamente comigo o PLL nº 029/20, de minha autoria, que cria o serviço voluntário de capelania escolar nas unidades da rede pública municipal de ensino. Ainda gostaria de expressar aqui a minha gratidão pelas inúmeras mensagens de apoio ao projeto que recebi também nas mídias sociais. No entanto, como vivemos num estado democrático, houve também, evidentemente, manifestações negativas do projeto, por uma parcela do Legislativo, da mídia, que pregam a democracia somente no que concerne às suas pautas. Tem um artigo intitulado "Perto demais de Deus", escrito por Marco Melo, a quem desconheço, porém respeito, apesar de ter sido considerado por ele integrante da "raia miúda" da Câmara, e publicado no jornal Brasil De Fato, do RS, o jornalista se mostra preocupado nas suas palavras. Ele diz o seguinte o seguinte (Lê.): "A influência de setores conservadores que tentam, com obstinação, fazer sua agenda nas políticas públicas" e continua considerando o projeto "sinalizador, preocupante do que vemos se configurar uma tentativa de doutrinação proselitista dos estudantes, sob o manto de um pretexto trabalho voluntário." Realmente não sei se o jornalista e alguns colegas não leram o projeto, ou leram e não entenderam, porque a proposição não tem nada de proselitista, pelo contrário; me parece bem aberta, democrática, conforme o art. 2, § 2º do projeto que entende pertinente sua leitura da tribuna, o que vou fazer agora (Lê.): " O serviço voluntário de capelania escolar não poderá estar vinculado a nenhuma religião específica, devendo aceitar representantes dos diversos credos existentes no país, conforme o disposto no art. 5, inc. VI e VII da Constituição Federal de 1988." Confesso que ainda estou tentando entender o porquê de uma manifestação de um trabalho tão simples, voluntário e às vezes, aqueles que estão lá não conseguem, não têm capacidade ou talvez não tenham vontade de prestar um serviço voluntário para as pessoas que mais precisam. Nós já fazemos isso, não precisamos desse trabalho ou desse projeto, mas é importante que as escolas e as pessoas que têm essa necessidade possam ter esse voluntariado de pessoas dos diversos credos que se preparam para atender, de forma voluntária, e sem viver às custas do poder público, os quais fazem suas faculdades, muitas vezes, e não exercem suas funções, vão para outras atividades e simplesmente querem viver às custas do governo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, presidente, colegas vereadores, não pude deixar de me inscrever em tempo de liderança, agradeço ao meu partido, à bancada, aos meus colegas, Ver. Kaká, Ver. Ramiro e Ver. Gilson, após ouvir a fala do Ver. Jonas e do colega Oliboni. Divirjo e explico aqui em nome da nossa bancada. Em primeiro lugar, é importantíssimo repor a verdade. Em setembro, falo da gestão anterior, em 2020, o STF manteve a decisão do Tribunal de Justiça do Estado que declarou o IMESF inconstitucional. A lei da sua criação foi declarada

inconstitucional. A relatora, se não me engano, foi a Rosa Weber, e me lembro que o Ministro Alexandre de Moraes, o Roberto Barroso, o Luiz Fux, acompanharam a decisão da Relatora Rosa Weber. Assim, a lei que criou o Instituto passou a não existir e detalhe importante: tem a necessidade de desligamento dos funcionários e também baixa no CNPJ, porém, garantia de continuidade dos serviços. Então, quero parabenizar o governo atual e o governo anterior que tentam manter a atividade, recontratando, mantendo, judicializando, entrando com recurso. Porque a verdade é essa, a verdade é que o governo anterior e o governo atual continuam tentando fazer o melhor para que o serviço tenha continuidade. A ação para extinguir o IMESF iniciou em 2011. As pessoas precisam entender que esses recursos, de 2011 para cá, tramitaram no STF desde 2014, só que o mais importante aqui, e aí eu me dirijo à bancada do PT, a esses vereadores, ao Ver. Jonas, ao Ver. Oliboni, aos vereadores também de outros partidos que hoje participam em parte da oposição. Os autores da ação, se não me engano, eram 17 entidades, entre elas a gente tinha o Sindicato dos Municípios de Porto Alegre, o Simpa, autor da ação para declarar inconstitucional a lei. Vou repetir, os autores que entraram na Justiça para acabar com o IMESF são o Simpa, a Associação dos Servidores da Secretaria Municipal da Saúde, a SSMS, a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, CTB, o Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul, Sergs. E eu faço um apelo à bancada do PT: que apresentem o pedido de expulsão dos sindicalistas que são filiados ao PT, porque eles vêm aqui dizer, desde a outra legislatura, que a culpa é do governo Marchezan, do governo Melo. Não é verdade! Que subam aí e parabenizem os seus sindicatos e os seus filiados, as suas entidades que comandam os seus sindicatos porque tiveram uma vitória na justiça, extinguindo a lei, transformando-a em inconstitucional. Essa é a verdade que precisa ser repostada. E quero dizer ao Ver. Jonas: Ver. Jonas, que toda às vezes em que o senhor sobe, o senhor fala no prefeito Marchezan, eu acho que o senhor tem algum problema... (Expressão retirada por determinação do orador.) Vamos pensar lá para frente, falando a verdade, a gente tem que ter responsabilidade. Eu tenho dois amigos que faziam trabalhos maravilhosos, trabalhos importantes sociais até; porém, a culpa e a autoria não são do Marchezan nem do Melo. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Jonas Reis?

Vereador Jonas Reis (PT): Questão de ordem, Presidente. O vereador agora acabou de falar que eu teria uma questão afetiva ou não com o ex-prefeito, o vereador deveria se ater às questões políticas desta cidade e respeitar as pessoas, respeitar os vereadores desta Casa; essa palavra, o senhor nem deveria utilizar aqui.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra, nós tivemos no dia de hoje um momento muito triste na nossa cidade que foi a saída das lutadoras, dos lutadores que estavam, com recursos próprios e angariados de simpatizantes, promovendo, Ver Matheus Gomes – V. Exa. esteve muitas vezes ali – a cozinha solidária no bairro Azenha. Ver. Aldacir Oliboni, vereadores, vereadoras, por uma decisão – eu sou advogado e advogo desde os 21 anos, tenho 65; vejam que é um tempo, 44 anos – e eu não consigo me conformar com essa decisão. Não é possível que uma decisão judicial que prioriza o direito formal de propriedade – e eu repito: meramente formal – em detrimento do direito humano absoluto que é a alimentação; manter-se vivo. É inacreditável que tenha ocorrido essa decisão, porque, quando eu falo meramente formal, a própria Constituição Federal, em que devem se basear, Ver. Aldacir Oliboni, as decisões do judiciário, estabelece que é mantido, é garantido o direito à propriedade privada, respeitada a sua função social. Aquele prédio ali, o Ver Matheus Gomes sabe, estava abandonado há meio século, há 50 anos; qual é a função social daquele prédio da Azenha? Nenhuma, é zero, mas o Judiciário foi rápido em decidir conforme a ação judicial de reintegração de posse e propriedade impetrada pela União federal. Foi rápido, tirou as pessoas que não que não usavam dinheiro público algum, estavam ali fazendo, com seus recursos e de simpatizantes – nós –, comida para os pobres, Ver. Claudio Janta, dando comida para os pobres ali num prédio abandonado há 50 anos; é da União federal o prédio. E aí a União entra com uma ação, e a justiça federal deu imediatamente o direito de reintegração para nada. Vai ocorrer – eu disse e estou dizendo nesta tribuna o que eu disse lá na Lanceiros Negros há quatro anos, quando foram despejadas as 53 famílias, ali naquela ocupação entre a ladeira e a Andrade Neves – aqui não existirá nada, Ver. Cassiá Carpes, depois que as famílias saírem e não há nada lá na Andrade Neves com a ladeira da general Câmara, não há nada.

As 53 famílias que ocupavam – eu estive muitas vezes lá, muitas vezes – aquele prédio do Estado, não tem destinação alguma. Há 20, 30 anos eu ia lá quando era o MP, e, há cerca de 14, 15 anos, o MP foi embora e aquele prédio foi devolvido ao Estado e não teve mais uso algum. Qual é o sentido, meu sempre Ver. Alex Fraga, disso? É um absurdo! É um direito de propriedade vazio, vazio que não respeita nem a Constituição Federal, que exige, para o direito de propriedade ser pleno, que a propriedade tenha função social. Mas qual é a função social ali, Ver Matheus Gomes? É zero, é um absurdo, é um escárnio. As pessoas com fome. Nós estivemos juntos na fila ali, a emoção daquelas pessoas em receber uma marmita gratuitamente, ninguém pediu dinheiro ao poder público para fazer aquelas marmitas, ninguém pediu nada, ninguém pediu funcionário, servidor, garfo, colher, comida; ninguém pediu nada. As pessoas foram ali fazer a comida com recursos próprios e nós ajudamos, agora eles procuram um outro local. Eu soube – e quero até me dirigir ao Ver. Moisés Barboza que é líder do PSDB na Casa – que o governo estadual está empenhado em auxiliar – quero cumprimentar o PSDB nesse sentido – a conseguir um novo local. Tomara que sim, nós seremos os primeiros, Ver. Moisés Barboza, a elogiar se essa atitude for concretizada.

Está empenhado, recebemos informações e quero elogiar aqui a secretária estadual de direitos humanos, ex-deputada, Regina Becker Fortunati, que foi minha colega na Assembleia Legislativa, uma grande deputada, uma grande secretária, que foi no local comigo olhar, está empenhada junto, com setores do governo, em conseguir essa possibilidade.

Então, concluo, Presidente, agradecendo este tempo e dizendo: nós também defendemos o direito de propriedade, mas ele tem que ter função social. E essa função social não fomos nós que definimos, foi a Constituição. E ali na Azenha ocorreu uma barbaridade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

(O Ver. Hamilton Sossmeier assume a presidência dos trabalhos.)

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Presidente Hamilton Sossmeier, vereadores, vereadoras, público que nos assiste, estou usando hoje o período de liderança para esclarecimentos e para recolocar a verdade diante das *fake news*, das notícias mentirosas, do oportunismo de algumas pessoas – felizmente não são todas. E eu vou começar falando sobre a unidade médica veterinária da Lomba do Pinheiro. Para quem tudo desconhece, para quem é populista, chama de hospital, nós nunca tivemos hospital veterinário em Porto Alegre, nós tivemos um prédio, mantemos, muito bem construído e somos gratos ao empresário que fez esse doação, embora essa a distância definida pela prefeitura à época, dificulte bastante a ida ao local e nós tínhamos a intenção que fosse na região do Jardim Botânico; porém, não foi possível e se construiu nessa área da Lomba do Pinheiro – para não conhece, há tem um canil municipal.

Então, a Prefeitura tem uma empresa que faz o gerenciamento e a operação do local por um contrato, que teve carta-consulta, que teve edital que foi assinado em meados de novembro ou dezembro do ano passado, e o governo que entrou – o nosso governo – continuou com o contrato, continuou cumprindo esse termo de colaboração, que é regido pela Lei nº 13.019, que regulamenta as parcerias da administração pública e as organizações da sociedade civil, mas ele está em processo de renovação.

Para os usuários que não se enquadram nos critérios de baixa renda – isso é em nível nacional, o atendimento à baixa renda pelas prefeituras, que foi uma luta nossa conquistada em 2006; vejam bem, 14 anos se passaram – de até Unis, Bolsa família, mas agora até três salários mínimos. Então, teve essa ampliação. Fora desses critérios, quem for consultar terá de pagar as taxas, que são bem razoáveis até, e estão previstas em contrato. Não há cobrança de protetoras cadastradas, credenciadas; isso é uma pura mentira que estão veiculando nas redes sociais. E todo esse valor arrecadado daqueles que resolverem pagar vai para um fundo, cujo uso é obrigatório para a manutenção da área, que é uma área grande, tem 120 animais albergados, tem a própria unidade que

tem de ser mantida limpa, despesas outras, então, essas são também a finalidade desse fundo.

É importante também salientar que os quantitativos dos serviços oferecidos pela Prefeitura por meio dessa empresa não sofreram nenhuma alteração e continuam sendo prestados de forma gratuita. Nem quem faz *cards* diferentes para se destacar, para vir de muletas querendo entrar na causa sem saber nem o que é o hospital veterinário.

Os serviços oferecidos com cobrança já são ofertados pela Prefeitura há muito tempo: consultas para que quiser pagar, procedimentos gerais; esterilização, cirurgia, etc., desde que não prejudique o que está contratualizados, porque se faz a conferência do serviço prestado mensalmente dentro da Prefeitura.

Bom, sobre saúde fichas, eu acho tão interessante que meia dúzia de pessoas que reclamam não tinham direito a essas 450 fichas para consulta e agora estão cobrando. Então, o que nós podemos interpretar? Eu não tinha o direito, agora eu vou ter direito a parte dessas fichas até às 9h da manhã, os demais atendimentos eram para a população que é merecedora, afinal, nós temos a Lomba do Pinheiro, a Restinga e nem todos estão aprovados no edital de protetores em que foram aprovados somente 70 pessoas. Então, houve toda essa conversa distorcida de que estariam cobrando de protetoras, e é isso o que eu faço aqui: para quem está nos assistindo, não acreditem nessas mentiras porque não são verdadeiras.

Atualmente essa unidade faz gratuitamente 760 castrações/mês para atingir as 9.100 contratualizadas nesse termo de colaboração. E agora, aqui nesta tribuna, agradeço aos vereadores que aprovamos no PPA R\$ 80 mil castrações num projeto longo para ser implantando a partir do ano que vem e somos muito gratos por que, sendo assim, poderemos dizer que tem controle populacional. Então, nós temos ainda esse edital em andamento e eu não vou tratar de números agora, mas só vou dizer que essas mesmas pessoas estão reclamando hoje terão atendimentos quartas e quintas-feiras para as pessoas que foram habilitadas no edital. Então, vamos analisar bem – nós temos um gabinete lá na Prefeitura que pode explicar melhor os dados, mas vamos combater a mentira, combater esse oportunismo e tudo para atingir quem? Não é o governo Melo é o prefeito melo, porque ele está fazendo. Mas, para quem não sabe, esse mesmo prefeito, quando era vereador, acabou com a matança de animais que se dava no governo de 16 anos da capital. Eu não gosto de falar de partido, porque não são todos. Acabou com isso, foi com a lei das carroças, mas com inserção social. Então, foi um vereador que acompanhou a causa animal verdadeiramente por quase 20 anos. Então, quanto mais bater, de repente, quem está fazendo isso e que vai ser mais prejudicado, porque ele é uma pessoa que é conhecida, que anda pelas ruas, que não precisa ficar tratando de mentiras e enganando a população. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Quero fazer um registro. Hoje, a Dona Noeli, a mãe do nosso 37º vereador, Dr. Luiz Afonso, completa 100 anos. Queremos dar os nossos parabéns a Dona Noeli, em nome da Câmara.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB) (Requerimento): Eu sou um cara que sigo uma linha. E vi que o Ver. Jonas deve ter interpretado um pouco mal, mas eu não achei que o tenha ofendido. Solicito que sejam retiradas das notas taquigráficas as ofensas. Às vezes a pessoa fala coisas que não queria que fossem ofensas; eu falei, no calor do discurso, sobre algum desgosto, alguma coisa que ele teria com alguém. Eu vi que ele se incomodou com isso. Como eu sempre penso e me coloco no lugar do próximo, gostaria de solicitar a retirada dessas expressões das notas taquigráficas. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado Ver. Moisés Barboza. A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, Presidente em exercício, Ver. Hamilton, boa tarde colegas vereadores e vereadoras. Hoje é um dia, simbolicamente, forte e triste na nossa cidade, na luta contra a fome. Hoje, pela manhã, estavam eu, o Ver. Matheus e outros parlamentares acompanhando a desocupação da cozinha solidária da Azenha. Quem pediu a reintegração de posse foi a União, o Governo Bolsonaro. É importante a gente dizer que, em 18 dias, aquele espaço forneceu ao centro da cidade mais de 3.000 refeições num período em que encontramos cenas bárbaras do retorno da fome. Temos aí, talvez, o maior símbolo disso: as fotos dos caminhões de ossos e das pessoas nas filas, pedindo os ossos para poder se alimentar. São famílias que têm que se organizar em um ou mais núcleos para poder dividir com pouco os alimentos que têm. Aquele terreno, na Azenha, uma região tradicional da cidade, estava, há muitos anos, desocupado. Era um espaço que amontoava lixo, um espaço que tinha restos de materiais, sujeira. Bastou eles terem ocupado a área, para cumprir sua função social no combate à fome, que a União, rapidamente, em apenas 18 dias, pediu a reintegração daquele espaço. É muito simbólico que aquele terreno seja da União, é muito simbólico que a União tenha feito o pedido de desocupação, porque é, exatamente, sob o Governo Bolsonaro que nós vemos o Brasil voltar ao mapa da fome. Nós vimos Bolsonaro não fazer nada para enfrentar o aumento da pobreza extrema em nosso país. Só aqui, em Porto Alegre, nós tivemos um aumento de mais de 74% da pobreza extrema da nossa cidade. Nós vimos a organização popular agindo para atenuar o retorno da fome em tantos lares da nossa cidade e no nosso país. Vivemos sob um governo que provoca; é importante a gente colocar, para quem nos assiste e acompanha o nosso trabalho, que nós vivemos sob um governo que provoca a miséria, o desemprego, a carestia dos alimentos e, ainda por cima, combate as organizações sociais que se dispõem a lutar contra a fome em nosso País. Além disso, nós que vamos debater aqui, na sequência da agenda legislativa, o plano diretor do Centro Histórico de Porto Alegre vemos uma cidade em que nós temos um conjunto de imóveis vazios, desocupados, um conjunto de imóveis públicos em condições similares, abandonados, outros endividados. Não agirmos, em relação a isso, é um escárnio, enquanto tantas pessoas precisam de um teto e enquanto nós precisamos ocupar, de fato, para fazer com

que esses espaços cumpram a sua função social. São problemas que resultam da nossa desigualdade, da falta de ação do Estado para reduzir a pobreza, para distribuir renda e para dar função social à propriedade. Por isso o MTST junto com outros movimentos que ali compunham a cozinha solidária da Azenha reivindica que haja um outro espaço, para que essa ação possa continuar. Não é possível que a desocupação seja a simples resposta do Estado frente a uma ação tão importante. Nós sabemos que o combate à fome e a garantia de uma moradia são deveres constitucionais do Estado. E nós também sabemos que, diante da omissão, as ações de solidariedade das organizações sociais estão sendo fundamentais neste processo. Por isso, nós precisamos saudar os movimentos como o MTST e a organização comunitária que ali instalaram a cozinha solidária da Azenha, assim como realizaram diversas outras ações que nós temos pela cidade nesse sentido. O nosso mandato em conjunto com o instituto multiplicidade também tem diversas ações de cozinha solidárias pela cidade. Hoje, somos mais de 12 cozinhas comunitárias em todas as regiões da cidade de Porto Alegre; estão no Sarandi, Mário Quintana, Lomba do Pinheiro, Agronomia, Partenon, dentre tantos outros bairros, distribuindo mais de 9.000 refeições mensais. É importante a gente dizer isso, porque, de fato, a organização social, pressionando o poder público a cumprir o seu papel, é que tem denunciado, de forma mais visceral, para a sociedade o quanto que faz falta a presença do poder público para garantir as condições de sobrevivência da nossa população.

Infelizmente, Ver. Pedro Ruas, as duras conquistas que tivemos, durante esse profundo período de pandemia, esse período de crise econômica, foram conquistas a duras penas. Assim foi com o auxílio emergencial que o governo e Paulo Guedes não queriam que a população brasileira tivesse acesso. Assim foi com o cartão para compra de alimentos que foi quase um conto de fadas do Governo Marchezan e que o povo de Porto Alegre praticamente não viu.

Assim foi com as cestas básicas do município de Porto Alegre, distribuídas não só em quantidade deficitária como de forma completamente questionada pelas organizações sociais que deveriam as receber. E assim é a organização da sociedade em conseguir responder a isso e mostrar que é possível combater a fome. E quem tem condições de fazer isso, de maneira efetiva, é o povo do poder público. Ele precisa ser responsabilizado sobre isso, para que nós possamos construir um ciclo no qual nós garantamos a dignidade ao nosso povo, alimentação, trabalho e renda para sua existência com dignidade de forma cidadã e com plenitude. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ouço o Ver. Pedro Ruas.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Presidente, eu queria fazer o triste registro do falecimento da combativa, da lutadora - como V. Exa. -

pelas tradições gaúchas de Eldorado, do Rio Grande, Sra. Ilza Maria Rodrigues Ponciano, a Baixinha. O falecimento dela nos entristece muito, e eu queria pedir um minuto de silêncio pelo seu falecimento.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver. ^a Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, Presidente, boa tarde colegas, eu venho à tribuna fazer referência ao trecho que revoga a lei do PPA, que trata da previsão orçamentária na qual nós conseguimos pensar a saúde da cidade a partir de uma lógica que cuide das pessoas. Eu acho que é inadmissível que esta Casa aprove o PPA, aprove a integralidade de um projeto onde se trabalha, também, a pluralidade desta Casa, e o Executivo não se compromete. Essa revogação fala muito sobre como se pensa a cidade, o Executivo. Eu acredito numa cidade onde a saúde é parte importante da construção da cidadania e da saúde da população. Nós temos, em Porto Alegre, uma média de dez postos de saúde fechados. Quando nós pensamos essa emenda ao PPA, Presidente, pensamos em garantir que o Executivo tenha previsão orçamentária para conseguir não só reabrir os postos de saúde, mas também fazer com que nós tenhamos postos de saúde com capacidade de desenvolver e atender a população a partir de uma saúde digna. Hoje, quem vivencia, quem vai para a fila do posto de saúde enfrenta muitos problemas, Ver. Janta. Eu sou do Postão da Cruzeiro, onde, num posto de saúde, hoje, temos o atendimento de três. Isso faz com que a aglomeração aumente; aquelas grandes filas que, antigamente, nós criticávamos voltam a ser parte da realidade da cidade. Revogando essa lei, nós impedimos que uma reversão judicial possa possibilitar a retomada do IMESF. Eu reitero o compromisso da Bancada do PCdoB com essa entidade que fez com que nós tivéssemos uma outra realidade, uma outra saúde, um outro olhar sobre a estratégia da saúde da família. Então, acho fundamental expressar a nossa indignação, porque nós estamos falando da saúde da população de Porto Alegre que vivencia dias muitos duros, porque nós vivemos uma situação de pandemia que colocou a cidade numa condição de crise sanitária e que ainda vai ter de arcar com os custos da Covid, com o pós-pandemia, Ver. Ruas. Como nós vamos nos preparar para essa retomada que vai precisar de muitos cuidados na Atenção Básica que, hoje, não atende com plenitude à sua população? Essa revogação fala por si só. Ela fala da falta de compromisso do Executivo com a Atenção Básica da Cidade, com aqueles que mais precisam do atendimento, com aquele atendimento que fez com que o posto de saúde, com que o médico fossem bater na porta do cidadão e da cidadã com esse atendimento aproximado que fez com que a gente tivesse uma relação mais íntima com a saúde. Então, quero deixar aqui registrada a nossa indignação.

Quero falar também sobre algo que nós temos dedicado parte nosso mandato, a construir ações solidárias de combate à fome. Também temos ocupado esta tribuna, parte pela oposição, denunciando a falta de atuação do Executivo no combate à fome. Nós tivemos mais uma dura realidade, não por parte do Executivo, mas da qual o Executivo tem, sim, compromisso com a manutenção do atendimento da Cozinha Solidária. Têm surgido, Ver. Ruas, muitas cozinhas solidárias na cidade, fruto da mobilização popular, fruto da iniciativa da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais, porque nós entendemos que a fome é uma inimiga estratégica das pessoas e desse projeto que, hoje, é guiado pelo Bolsonaro. A fome é um projeto. A fome não é uma consequência econômica; é um projeto. Quem vive com fome não pensa. E o Bolsonaro só surfa na onda da fome. Esse projeto, que tem como aliado o vírus, o negacionismo e a fome nos lugares estratégicos, joga as nossas crianças na sinaleira, as nossas mulheres em uma situação de vulnerabilidade e mais expostas à violência, a nossa juventude na drogadição e numa condição de sobrevivência abaixo da miséria, abaixo de toda e qualquer dignidade.

Eu sempre falo que sou fruto de uma política que deu certo, uma política em que nós podemos olhar em perspectiva para um futuro promissor, em que a universidade, o emprego e formação são estratégicos. Hoje esse projeto que me fez dar certo vive dias muito duros, Sr. Presidente. Nós precisamos fazer com que esta Casa Legislativa também cumpra o seu papel, atuando lado a lado com as entidades do movimento social organizado, com a sociedade civil, no combate a essa, que é uma das nossas inimigas principais, a fome. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0894/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 019/21, que inclui o imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos no rol do art. 2º da Lei Complementar nº 911, de 19 de agosto de 2021, que institui o Programa de Recuperação Fiscal (RecuperaPOA). **(SEI 118.00271/2021-71)**

PROC. Nº 0947/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 024/21, que define Regime Urbanístico para as Subunidades 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 078 da Macrozona (MZ) 08, altera os limites das Subunidades 07 e 08, exclui a Subunidade 12 e renomeia a Subunidade 11, que passa a ser denominada Subunidade 09, todas da UEU 080 da MZ 08, define

Regime Urbanístico para as Subunidades 05, 06, 07, 08, 09 e 10 da UEU 080 da MZ 08, constantes no Anexo 1.1 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), estabelece contrapartidas para o Parcelamento do Solo do empreendimento “Fazenda Arado Velho”, revoga a Lei Complementar nº 780, de 20 de novembro de 2015, e dá outras providências. (SEI 118.00293/2021-31)

PROC. Nº 0942/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 035/21, que revoga o parágrafo único do art. 2º, da Lei nº 10.728, de 15 de julho de 2009. (Trâmite/relatórios finais/informações-Portal Transparência/PMPA) (SEI 118.00289/2021-73)

PROC. Nº 0502/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 022/21, de autoria da Verª Lourdes Sprenger, que inclui art. 64-A na Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, e alterações posteriores, instituindo o Selo Empresa Amiga dos Animais. (SEI 035.00044/2021-48)

PROC. Nº 0931/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 021/21, que institui o Programa Municipal de Estimulo a Conformidade Tributária - Em dia com Porto Alegre, define as diretrizes para o relacionamento entre os contribuintes e o Município e estabelece regras de conformidade tributária. (SEI 118.00285/2021-95)

PROC. Nº 0944/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 023/21, que institui o Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Porto Alegre. Com Mensagem Retificativa nº 01. (SEI 118.00291/2021-42)

PROC. Nº 0678/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 281/21, de autoria da Verª Cláudia Araújo, que cria o Programa de Cadastro e Apoio a Casas de Acolhimento à População LGBTQIAP+. (SEI 161.00074/2021-17)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente Márcio Bins; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Nessa Pauta em discussão, nós temos a questão da Fazenda Arado Velho, em Belém Novo, Zona Sul, que vai, sem dúvida, em alguns momentos, dividir um pouco o plenário. Dentro daquilo que fui visitar, eu não conhecia essa fazenda, lá estava a Associação dos Moradores de Belém Novo, que concorda – porque trará muitos benefícios para aquela sociedade, como a revitalização da orla de Belém Novo – em executar projetos articulados de percurso turístico entre a

orla Belém Novo e locais identificados de interesse histórico e paisagístico, como a Praça Central, Hotel Cassino, Núcleo Haras, Núcleo Casa Sede, Núcleo Sítio Arqueológico Guarani, entre outros; reafirmar a Unidade Básica de Saúde Belém Novo; doação de lote para implementação da Estação de Tratamento de Água (ETA-DMAE) ao DMAE.

Então parece ser um projeto muito bom, e, por isso, vem à Casa para que possamos aperfeiçoar, modificar, ampliar e discutir. Eu não fico bravo se a pessoa é contra. Não! Só que nós precisamos nos inteirar, e já houve, inclusive, uma audiência pública, já existe até o EVU – Estudo de Viabilidade Urbanístico. Nós fomos secretários, Presidente, e nos baseávamos no EVU, fundamental para qualquer projeto na sua viabilidade para a cidade. Parece ser uma pauta para discutirmos, quem sabe surjam aqui... é para isso que existem os vereadores. Quando o Ver. Jonas diz que tem que fazer pedido de informação para o prefeito, essa é uma prerrogativa nossa: eu faço, todo mundo faz, para saber como anda a administração, como está o órgão tal, como está a secretaria tal, quer dizer, é uma prerrogativa nossa para que possamos saber como vai a Prefeitura em vários aspectos. Acho que é fundamental. Nesse aspecto já me coloco à disposição, sou a favor dessa nova dinâmica para Belém Novo, para fortalecer, pois é um dos bairros mais distantes do Centro da cidade e que têm imensa dificuldade. Esse PLCE trará, sem dúvida, tranquilidade e crescimento para aquela região, Ver. Byl, que é daquela região, inclusive esteve conosco, escutamos bastante, porque é preferível ter ouvidos e não só falar. Fomos lá, ouvimos a comunidade, acho que é um bom projeto e vai revitalizar, sim, aquela região que precisa disso.

Outra questão fundamental, e também haverá alguns que serão contra, é a revitalização do Centro. Já está nesta Casa, e me perguntam muito, e aproveito este microfone da Câmara para dizer que o Plano Diretor do Centro está nesta Casa, para também podermos modificar, alterar, aprovar, e a maioria vai aprovar, Ver. Cecchim, líder do governo. Vamos aprovar! O Centro é urgente, com uma boa licitação completa, em todos os sentidos. Tornar o Centro um lugar atrativo. Hoje está deteriorado. É uma vergonha o Centro de Porto Alegre. Promover a otimização da mobilidade local e os modais de transporte, que hoje nós recebemos milhares de ônibus oriundos de bairros para a cidade, mas, principalmente, das cidades vizinhas. Essa mobilidade urbana será um dos temas mais importantes da campanha para governador, no ano que vem. Não tem como separar a capital da Grande Porto Alegre, em vários aspectos. E esse é um dos fundamentais; promover projetos e intervenções que contribuam com a segurança. Vocês imaginem uma pessoa chegando do centro do País, ou do exterior, e chegar à Porto Alegre de noite, sem segurança. Nem nos hotéis do Centro as pessoas querem parar! Garantir e promover a preservação, valorização e qualificação do patrimônio cultural, que é muito valioso no Centro da cidade.

Promover projetos de ações culturais, projeto de lei do palco móvel. Esse vereador tem dois projetos importantes. Um, já está com o secretário Schirmer, que são os banheiros diretos no esgoto cloacal, para o Centro da cidade, como tem no mundo inteiro. O outro é o palco móvel, na Esquina Democrática, quando tiver condição, na frente do Mercado Público, na orla, para valorizar os cantores. Essas pessoas que estão

no Centro da cidade pedindo esmola; não, serão valorizados, com um palco móvel para valorizar sua categoria, para os restaurantes contratarem, para que possam apresentar esse bellissimo trabalho que apresentam no dia a dia, no Centro. É nesse sentido, nós queremos colaborar. Ver. Cecchim, por gentileza, com a sua experiência, que foi o construtor do Centro de Compras no Centro da cidade, e nós precisamos revitalizar, sem dúvida, o Centro da nossa cidade. A nossa sala está muito malcuidada.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) V. Exa. tocou num assunto muito importante, os palcos. Eu tive a oportunidade de ir à Bogotá, na Colômbia, e falamos tanto da Colômbia, de Medellín, mas há coisas fantásticas. Eu cheguei a trazer, quando voltei de lá, sobre os corredores de ônibus, por exemplo. Existe corredor de ônibus em Bogotá e em Buenos Aires, só que não é uma linha só. Aqui, quando um ônibus para em uma parada, o outro que vem atrás fica parado. Lá não, lá tem duas pistas: quando um está parado, o outro passa, e não tranca nunca. Mas o que V. Exa. está falando sobre os palcos, em Bogotá, existem, em quase todas as praças, aquelas pequenas arenas, com palco, com arquibancadas, e, no palco, tem as tomadas de luz para que os artistas liguem seus instrumentos. É uma coisa que sai muito barato, e não sei por que o pessoal da cultura não pede essas coisas que são importantes para os artistas se apresentarem nos seus bairros, no Centro, em todos os lugares. Lá, nas praças, existe isso. E V. Exa. está dando uma grande ideia, um palco para que nossos artistas se apresentem.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado. Já foi aprovado por esta Casa os banheiros diretos no esgoto cloacal e também o palco móvel. Só não coloquei e nem pedi, porque do jeito que está o Centro, com essa bagunça, com a deterioração, mas, no momento em que for aprovado o Plano Diretor para Centro, em que se começar a mexer no texto e restabelecer e revitalizar, não tenho dúvidas que será muito importante e valioso para o Centro da cidade. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde, Sr. Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que nos acompanha pelas redes sociais e TVCâmara. Gostaria de tratar de um dos temas da Pauta, PLCE nº 024/21, que prevê a construção do empreendimento da Fazenda Arado Velho. Considero um projeto extremamente nocivo para o meio ambiente, para a nossa cidade, mas também aponta algumas perspectivas nebulosas, ruins para a discussão que está em curso na cidade nesse momento, que é o tema do Plano Diretor, ou melhor, que deveria estar em curso.

A primeira questão, que o Executivo deve responder sobre o tema da Fazenda do Arado Velho, é que tivemos a divulgação, na imprensa, na semana passada,

de que o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório do Impacto ao Meio Ambiente – EIA-RIMA, foram alvo de uma investigação policial, que concluiu que se trata de um documento falso ou enganoso, que omitiu uma série de questões sobre as características daquele bioma, sobre as características daquele território. Esses documentos foram produzidos por uma empresa que, em vez de avaliar com profundidade todas as características da Fazenda do Arado Velho, preferiu construir um estudo que meramente viabilizasse o desenvolvimento desse empreendimento. É um tema bastante preocupante. Nós estamos diante de um inquérito policial que investigou a prática de crime contra a administração ambiental, em que a Polícia Civil afirma haver alteração nos mapas geológicos da área, já que esse EIA-RIMA não explicou os critérios utilizados para diferenciação entre áreas úmidas e banhados, o que é determinante para que se pense aquela área como uma Área de Preservação Permanente. Isso é fundamental. Naquele espaço, temos um ponto de encontro de dois biomas fundamentais do Estado do Rio Grande do Sul, bioma do Pampa com a Mata Atlântica. E isso não foi levado em consideração. Nenhuma proposta de desenvolvimento econômico para a cidade de Porto Alegre, num contexto de emergência climática, pode ser pensada sem levar em consideração a preservação do meio ambiente para as próximas gerações.

Tem um elemento que consta nesse projeto que também é contraditório com o discurso da Prefeitura. O prefeito Sebastião Melo apresenta a discussão do Centro Histórico embasado no argumento da necessidade do adensamento da população de Porto Alegre. Isso foi falado aqui por vários vereadores já nesta tribuna, o erro histórico no desenvolvimento dessa cidade de ter afastado comunidades que hoje nós chamamos de periferia, do centro, de onde estão estabelecidos os serviços, o comércio, isso é extremamente contraditório com este projeto que prevê a ampliação de até 70% da população do Belém Novo. Onde está aqui a lógica do adensamento? Ou nós estamos diante de um plano diretor cada vez mais fragmentado para responder as necessidades de segmentos empresariais? É essa questão? Também devemos levar em consideração a existência de um processo de demarcação de um território indígena naquela área. O prefeito Sebastião Melo foi extremamente desrespeitoso com os povos originários indígenas durante a audiência pública que debateu este tema, dizendo que eles teriam vindo de avião para ocupar aquela área. Nós estamos diante do aniversário de 250 anos de Porto Alegre, em que vai ser fundamental reconhecer que antes dos imigrantes portugueses aqui habitavam povos originários indígenas, especialmente as comunidades guarani, que se encontram no Extremo-Sul da cidade de Porto Alegre, e há processos abertos para demarcação e um reconhecimento por parte do próprio Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, do IPHAN, de que ali nós temos, sim, artefatos líticos e cerâmicos que têm um vínculo histórico com os povos guaranis. Isso precisa ser levado em consideração para a gente pensar esse projeto. Qualquer alteração no regime urbanístico daquela área vai impedir o processo de demarcação, e aí nós estamos diante de mais um ponto de aproximação entre o prefeito Sebastião Melo e o governo de Jair Bolsonaro, que tenta a todo custo acabar com os territórios indígenas. Na sexta-feira, debati com o Ver. Pablo Melo sobre este tema, o grau de aproximação da Prefeitura

com o governo federal neste tema de passar a boiada na questão ambiental e de restringir os direitos indígenas está cada vez mais nítido. Por fim, esta comunidade do Belém Novo precisa ficar muito atenta porque uma proposta de desenvolvimento daquela região que diz que vai trazer melhorias econômicas a curto prazo, mas que destrói o meio ambiente, não vai deixar nada para as próximas gerações, nenhuma perspectiva de sociabilidade naquela área, porque nós temos uma casa maior aqui em Porto Alegre, que é o conjunto desse bioma, que é a orla do Guaíba, que são os nossos territórios de preservação que devem ser pensados como estratégicos para o desenvolvimento do modo de vida que nós queremos na nossa cidade diante de uma crise ambiental que urge no Brasil e no mundo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. Vou falar sobre um tema que está na pauta, a questão da revitalização do Centro Histórico. Quero falar de um tema que abordei durante a audiência pública, mas talvez porque minha fala ficou mais para o final, a impressão que eu tive é que os técnicos que lá estavam acabaram ignorando a minha sugestão. Quero falar sobre um problema que atinge a todas as pessoas que vivem o centro da cidade de Porto Alegre, que empreendem, que moram ali e que percebem, toda segunda-feira de manhã, aquele insuportável odor de urina, de fezes humanas que nós percebemos com maior força no início da semana, mas que por uma falta de possibilidade de buscar um equipamento público adequado para fazer as suas necessidades, as pessoas que se encontram em situação de rua, infelizmente, acabam fazendo suas necessidades em frente dos comércios, em frente das casas. Quando se fala num projeto de revitalização do Centro da cidade de Porto Alegre, não se pode esquecer da necessidade de encontrar uma solução para esse problema que acaba atingindo a nossa capital. Falo isso porque tenho amigos pessoais que empreendem há 30 anos na cidade de Porto Alegre e que se incomodam com isso, e como somos o porta-voz das pessoas da cidade, venho aqui na tribuna falar de um tema que não me sinto à vontade, mas é necessário, porque na audiência pública, aparentemente não recebeu a atenção necessária.

Então um empreendedor que gera emprego e renda, que leva sustento para sua casa, consegue sustento para muitos colaboradores, segunda-feira de manhã, chega em frente ao comércio e tem um medalhão humano de uma pessoa que se encontra em situação de vulnerabilidade. O que tem que fazer? Fazer tu mesmo a limpeza de algo que nem deveriam estar lá. A Prefeitura, por conta disso, manda o DMLU vir com jato fazer a limpeza de algo que não deveria existir. Então qual é a nossa sugestão? E eu não gosto da sugestão, mas é a solução que um leigo traz à luz: falou-se que durante a Copa do Mundo que ocorreu também em Porto Alegre, esse problema social diminuiu na capital, porque como nós recebemos em inúmeros estrangeiros que vieram para nossa

cidade e como a cidade estava na vitrine do mundo naquele momento, a Prefeitura se dignou a contratar banheiros químicos para colocar nos diferentes pontos da cidade. Colocou também do Centro da cidade, e os comerciantes que hoje estão reclamando desse problema que não tem solução na nossa capital falaram que no período da Copa melhorou, porque o morador de rua, essa pessoa que infelizmente se encontra em situação de vulnerabilidade também possui dignidade. Eles não gostariam de estar fazendo suas necessidades na rua, mas onde encontra banheiro público aberto de madrugada, no sábado para domingo ou no domingo para segunda, ou qualquer dia da semana que não em horário comercial? Em lugar nenhum. O que vai acontecer com essas pessoas? O que todos constatamos todas as manhãs na cidade de Porto Alegre: urinam nos parques públicos, urinam na rua e deixam as suas fezes – e eu odeio falar essa palavra – ao longo das nossas vias. Então a solução que eu gostaria de trazer para apreciação dos vereadores é que nós precisamos colocar no plano de revitalização do Centro Histórico uma solução para esse problema. É impossível que tenhamos inúmeros engenheiros contratados, inúmeros arquitetos concursados, uma estrutura da Prefeitura de Porto Alegre inteira dedicada a revitalizar o Centro, e nós não vamos encontrar uma solução para este problema?

Vereador Cassiá Carpes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Jessé, recentemente estive na tribuna e afirmei que já existe um projeto deste vereador desde o ano passado, até do outro ano que já foi colocado e no momento adequado vou trazer aqui as fotos de como seria esse mictório público no Centro da cidade, que como V. Exa. disse, é urgente, mas não tinha condições de colocar, nem eu forcei a Prefeitura pela circunstância dessa bagunça no Centro. Mas já está com secretário Schirmer, ele está escolhendo, tem vários modelos em nível internacional, enfim, que será muito importante nessa revitalização do Centro. Então é neste sentido que nós já havíamos nos preocupado em colaborar e entregamos já o projeto ao secretário. Obrigado.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Obrigado, Ver. Cassiá, é um tema que realmente impacta muito a cidade. Obrigado pelo protagonismo do senhor. Eu mesmo não apresentei nenhum projeto aqui, é um desabafo que estou fazendo, mas um desabafo que eu sei que afeta milhares de pessoas que frequentam o centro da cidade, e que se nós queremos voltar a valorizar o centro da cidade esse é um problema que precisa ser equacionado e precisa, infelizmente, o Executivo colocar a mão do bolso para conseguir resolver isso, porque de outra maneira, infelizmente, não vai ser solucionado a curto prazo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Vereador Leonel Radde está com a palavra para discutir a Pauta.

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde Presidente, boa tarde colegas vereadores e vereadoras, boa tarde a toda a audiência da TV Câmara e a toda a população de Porto Alegre. Temos em Pauta uma proposta da Prefeitura que diz respeito ao imposto vinculado aos combustíveis, combustíveis esses que têm o seu valor sendo aumentado quase que semanalmente. Hoje nós estamos chegando a quase R\$ 7,00 o preço do combustível, e de forma desonesta, de forma vil, os apoiadores do presidente genocida declaram que a responsabilidade do preço do combustível é dos governos municipais e estaduais. Como se antes nós não tivéssemos ICMS e demais impostos cobrados. Chega a ser risível, vergonhoso, que nós tenhamos que enfrentar esse tipo de pauta no nosso País. É só a gente imaginar: se hoje temos o valor de R\$ 7,00 praticamente do nosso combustível e na semana passada esse valor era um pouco inferior, significa que para ter um aumento teria que ter tido, dentro da Assembleia Legislativa, por exemplo, um debate sobre o aumento de ICMS, e não houve. Ou seja, o valor do nosso combustível tem relação direta com a política implementada pelo governo Bolsonaro também pelo governo Temer que inicia numa lógica de desregulamentação da nossa pauta de impostos e de pauta também vinculadas ao preço dos combustíveis que está sendo implementada, e hoje quem paga é o cidadão e a cidadã que trabalha e necessita se deslocar e não tem mais dinheiro para pagar o combustível. Isso impacta diretamente no valor do frete, impacta diretamente no valor do transporte urbano, do deslocamento, inclusive, dos ônibus e lotações da nossa capital. É importante que a gente perceba a gravidade do que estamos passando neste momento com o valor do combustível desregulado, totalmente agressivo e que todos os dias nós temos uma surpresa negativa e que atinge diretamente o nosso bolso.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Vereador, por favor, se mantenha na Pauta.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): A Pauta é sobre combustíveis, embora eu esteja criticando o seu presidente, eu tenho o direito, porque está aqui na Pauta o imposto sobre combustíveis, e é disso que estou falando. Então nós temos hoje na Presidência da República, como eu estava falando, um presidente que é responsável pelo aumento em 60% das pessoas com dificuldades econômicas. Isso tem relação com o valor do combustível, isso tem relação com o valor dos alimentos, isso tem relação inclusive com a nossa carga tributária, e relação principalmente com governantes que não têm o mínimo de consideração e respeito pela população para a qual ele deve, ele tem obrigação de pensar políticas públicas, ele tem obrigação de pensar em atividades econômicas que visem alavancar a economia e acabar, ou pelo menos reduzir a má distribuição de renda que o nosso país atravessa há muito tempo. Mas é isso. Temos esse debate sobre o valor do combustível, sobre o valor dos alimentos, sobre a inflação galopante, sobre o desemprego absurdo, e nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, da bancada de oposição e de esquerda, na Câmara de Vereadores,

estaremos sempre lutando por todos aqueles e aquelas que estão sendo atacados por políticas neoliberais da extrema direita do nosso País. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, que nos ouve, nos assiste; vereadores e vereadoras; eu acho bonito quando os governos falam em obras, obras, mas não são para o povo. Aqui eles querem a revitalização do Centro Histórico, quem olha o documento, quem lê, acha que, agora, sim, vamos entrar no século XXI. Na verdade, quem vai entrar no século XXI são os megaempresários, que vão construir espigões onde não poderiam. Eles falam: "Temos que trazer o desenvolvimento para a Zona Sul." Olha que bonito isso! Eu ouvindo o prefeito Melo dizendo: desenvolvimento, desenvolver a região, contrapartidas, isso e aquilo, e aí? O Ministério Público está em cima da Ponta do Arado Velho. Está lá, segundo o Instituto Geral de Perícias, a investigação da polícia constatou que o estudo daquela empresa, de 2012, um estudo sem informações suficientes. Lá eles traziam a seguinte palavra: omissão. O que é omitir? Você sabe uma coisa e não diz, você sabe que tem algo, mas você não diz no estudo, porque você tem uma segunda intenção. O Ministério Público mandou não apresentar o projeto nesta Casa, e o prefeito fez o quê? Ministério Público, vai se lascar, fique lá. Apresentou o projeto. E quem respondeu e disse que não tinha problema foi o secretário Germano, conhecido, bem conhecido, desde o governo anterior, conhecidíssimo! Esta é a realidade. Está escrito, inclusive, ali: tem que esperar o Plano Diretor. Não, eles não querem esperar o Plano Diretor, o negócio é agora, são as obras, mas não são obras públicas; são obras privadas. O estudo falava de poucas residências, agora já mais do que dobrou o número, o tamanho da área, praticamente onze vezes o Parque Farroupilha. E lá têm muitos animais, têm biomas, têm até gato-maracajá. Muita gente não dá bola para a fauna. "Não, fauna não interessa; gato-maracajá, Ponta do Arado, animais, o que é isso? Vamos aterrar!" Vão ter que aterrar, porque é zona de banhado, zona úmida, previsto na legislação que não pode aterrar. Mas aí, aterra. O negócio é construir residências. Dizem eles que vai trazer desenvolvimento. Por favor, vamos trabalhar, com o exercício da verdade nesta Cidade, com o que é verdadeiro. Verdadeiro é que o povo precisa de obra pública. O governo deveria se ater a construir postos de saúde onde não tem; deveria se ater a duplicar avenidas, como a Av. Vicente Monteggia, que até hoje espera; a Av. Av. Oscar Pereira. Deveria se ater a trazer investimentos de fora, mas ele foi à Europa e o que ele trouxe? Nada. Foi com as mãos abanando e voltou da mesma forma. Mas aqui na Câmara ele empurra projetos. Isso aqui não é um puxadinho, Sebastião Melo! A Zona Sul alaga e vai alagar mas se o senhor deixar aterrar toda aquela zona, onze espaços, como o Parque Farroupilha, sendo aterrados, vai alagar mais o Lami, as zonas baixas, Belém Novo, vai ser um caos. Depois vai todo mundo lá bater, nos vereadores, no DMAE, no próximo

prefeito, nos outros e dizer: "Olha aqui, está alagando, não teve estudo de saneamento." Vai ficar um problema maior, gente, por isso o estudo tem que ser robusto. Não dá, prefeito, para governar cidade com alguns, o senhor tem que governar com a maioria.

O transporte na Zona Sul está um caos, vai piorar! Imaginem, duas mil residências, com mais mil, dois mil trabalhadores circulando. O que o senhor vai colocar lá? Vai colocar outro modal, ou vai continuar o Lami sucateado, superlotado? Eu falo, porque morei quatro anos no Lami, eu conheço. Tem muita coisa que tem que ser feita anteriormente a isso. Não é isso que tem que vir para cá. Tem que vir para cá o debate. Por que não querem debater com o povo de Porto Alegre no Orçamento Participativo? Eu convoco o povo a discutir, e é isso que a gente tem que fazer, o trabalho na Câmara, e não diferente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Ver. Jonas.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Ver. Alessandro Silva Faria, o Sandro do Sindicato, do nosso Partido Solidariedade, na cidade de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, vítima de homicídio.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste através da TVCâmara, através da nossa Rádio Web e das redes sociais; quero falar aqui, em liderança do meu partido, para falar às senhoras e aos senhores que estão em casa: fiquem bem atentos de como funcionam as coisas aqui nesta Casa. Nós aprovamos, há dois, três meses, a possibilidade de os vereadores terem estagiários. Fomos criticados, acusados, Ver. Oliboni, de uma série de rótulos. Eu, na ocasião, quis botar uma emenda, que o vereador que fosse contrário não fosse demagogo, não fosse – desculpa o termo aqui – safado, porque vem aqui, fala uma coisa, depois, embaixo dos panos, faz outra.

Pasmem, vereadores que não só votaram contrários, mas subiram a esta tribuna e nos acusaram de estar fazendo o "trenzinho da alegria"; nos acusaram de estar não sei o quê, e estão solicitando à Mesa Diretora, ao setor, estagiários para os seus gabinetes, Ver. Pedro Ruas. Isso aí, no linguajar de onde eu venho, é sacanagem, para não dizer outra coisa. A pessoa vem aqui, fala uma coisa, dá um discurso, faz *post*, faz *card*, falando de nós, como se nós estivéssemos cometendo um crime. Nós aqui, e volto

a dizer, há necessidade, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, de os nossos gabinetes terem estagiários em direito, em economia, em publicidade, propaganda, jornalismo, seja lá o que for, o que achar necessário para o seu mandato. Aí os vereadores subiram e nos avacalharam dizendo que não, dizendo que não cabia, dizendo que não dava, dizendo que não era necessário, dizendo que não precisavam. E aí, demagógica e sorrateiramente, se beneficiam dos estagiários, usando estagiários no seu gabinete, na bancada. Mas não queriam estagiários! Honrem o seu voto! Honrem o seu discurso que fez aqui na tribuna. Eu vim aqui e defendi o estagiário e defendo, e, até hoje, não nomeei estagiário no meu gabinete. Eu acredito que é necessário ter um estagiário nos gabinetes que acham necessário tê-los. Quem não acha necessário, não.

Mas não vir aqui criticar os vereadores, a Mesa Diretora por encaminhar à Câmara essa proposta do estagiário. Então, isso se dá também em outras questões aqui nesta Casa. O discurso é um aqui na tribuna, e, após sair da tribuna, a prática é outra. Isso não é fazer a boa política, isso não é fazer uma política séria. Eu já tenho dito, nenhum vereador é obrigado a receber o seu salário, o vereador pode pegar o seu salário e doar, Ver. Pablo, todo ele, se quiser. Mas comunique aqui ao Setor de Recursos Humanos da Câmara, que vai fazer isso para instituições cadastradas nos conselhos municipais; não às suas instituições. Isso foi uma lei que nós aprovamos nesta Casa. O vereador pode fazer o que quiser com seu salário, é o salário é dele, é o provento do trabalho dele. Agora, ele tem que doar para as instituições cadastradas, tanto o Conselho do Idoso, como o Conselho da Criança e do Adolescente, quanto o Conselho da Assistência Social. E não criar a sua ONG, a sua entidade, e botar o seu dinheiro, do seu gabinete, lá na sua ONG, na sua entidade, e depois vir aqui fazer demagogia, dizendo "Eu doo todo o meu salário." Então doe conforme diz a lei, porque, se não fizer isso, está prevaricando; se não fizer isso, está de sacanagem; se não fizer isso, é como votar contra o estagiário aqui, e depois vir solicitar estagiário. O que é isso? Que sacanagem é essa? Não é nem capaz de chegar à tribuna, no microfone de apertes, e dizer? "Olha, eu queria aqui reconhecer que eu errei, eu queria aqui reconhecer que realmente é necessário ter um estagiário no meu gabinete; peço desculpas aos vereadores não só por ter votado contra, mas também por ter vindo à tribuna e esculachado os vereadores que estavam a favor do estágio". Isso a gente vê muito aqui: a política só da tribuna, mas, na prática, é mais sorrateira do que outras políticas que a gente vê que não são boas à democracia. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado Ver.^a Nádia, que preside os trabalhos; queria fazer uma fala rápida apenas para agradecer as colaborações e contribuições que eu tenho ouvido dos colegas vereadores sobre o projeto de transparência do ITBI, que nós votaremos logo mais.

Até faço questão de relembrar aqui, Ver.^a Nádia, que, em 2018, quando nós aprovamos o projeto de transparência do IPTU, nós o aprovamos por unanimidade da Casa, tivemos muitas contribuições, desde a bancada de oposição até a bancada do governo, porque justamente todos entendemos que era importante que cidadão tivesse acesso a como é feito o cálculo do imposto e também que ele pudesse ter as informações para, se achar que merece contestar a informação, poder embasar essa contestação.

Nós preservamos aquilo que já diz a lei, de que cabe à Fazenda, aos fazendários e à Prefeitura poder fazer o juízo do que está correto, do que está errado, preservando aquilo que se entendia como o dever, e justamente resolvendo problema das inconstitucionalidades apontadas pelo parecer do procurador, que foram trazidas, por emendas que foram retiradas.

Aquelas inconstitucionalidades que estavam apontadas nas emendas foram sanadas, e fica o projeto que permite justamente que exista a justificativa que dá mais transparência para o cidadão, o que é bom não apenas para o cidadão, que vai saber se está justa a cobrança, como também é bom para própria Prefeitura, para a Fazenda Municipal, para os servidores do Município que não vão ser acusados injustamente de estar favorecendo ou fazendo algum cálculo errado.

A transparência é sempre bem-vinda, eu agradeço, desde já, a todos os vereadores, e convido os vereadores a nos acompanhar nessa votação para que mais uma lei de transparência possa ser aprovada pela unanimidade da Casa, já que a Câmara sempre tem sido muito atenta e muito participativa em proporcionar isso para o cidadão. Quero agradecer mais uma vez, agradecer também à Prefeitura Municipal, à Fazenda do Município, na pessoa da Dani, que está nos acompanhando aqui, por toda a atenção que tem dispendido para a gente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Peço ao diretor legislativo para que faça a verificação de quórum para ingressarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e um Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM) – às 16h18min:
Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo Subemenda nº 01, de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, à Emenda nº 02 ao PLL nº 012/16.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLL nº 012/16 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Queria convidar o líder da oposição para vir aqui, pois temos um bom anúncio para fazer, seria sobre um requerimento por escrito. Nós combinamos com o Ver. Pedro Ruas, na sessão passada, que nós faríamos o atendimento com a secretária de Educação, a professora Janaina, e quero comunicar que na segunda-feira ela estará aqui na Câmara.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Quero agradecer ao Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, da situação, nesta Casa, é um requerimento que há tempos vem sendo encaminhado pelo Ver. Matheus Gomes, pela Ver.^a Daiana Santos e por vários vereadores e vereadoras de oposição. Obrigado, Presidente Comandante Nádia; muito obrigado, Ver. Idenir Cecchim.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, senhores. Segunda-feira, às 15h, haverá o comparecimento da secretária Janaina Audino, da Secretaria Municipal de Educação.

Passamos à votação do PLCL nº 015/18.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Registramos, em primeiro lugar, que a presente proposição, como já estava com outras partes votadas, está com os encaminhamentos encerrados, bastará apenas votarmos a Emenda nº 06 e o projeto.

(Procede à leitura da emenda.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

VOTAÇÃO

PROC. Nº 0885/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 015/18, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, que inclui parágrafo único no art. 29 e altera o *caput* e os §§ 1º e 2º do art. 30, todos na Lei Complementar nº 197, de 21 de março de 1989 – que institui e disciplina o imposto sobre a transmissão “inter-vivos”, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos –, e alterações posteriores, estipulando casos em que a Fiscalização da Fazenda Municipal terá de apresentar laudo que fundamente a reestimativa fiscal feita a partir de requerimento do contribuinte. **(SEI 203.00017/2020-88)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. João Bosco Vaz;
- com Emenda nº 05, do Ver. Felipe Camozzato;
- com Emenda nº 06, dos Vers. Idenir Cecchim (líder da Bancada do MDB) e do Ver. Felipe Camozzato;
- retiradas as Emendas nºs 02, 03 e 04;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- rejeitadas as Emendas nºs 01 e 05 em 06-10-21;
- adiada a votação por duas Sessões em 06-10-21;
- incluído na Ordem do Dia em 06-10-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Laura Sito, a Emenda nº 06 ao PLCL nº 015/18.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 27 votos **SIM**, 02 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): APROVADA a Emenda nº 06 ao PLCL nº 015/18.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Daiana Santos, o PLCL nº 015/18. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 23 votos **SIM**, 08 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): APROVADO o PLCL nº 015/18.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0118/21 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 035/21, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que autoriza a presença de público em

eventos esportivos no Município de Porto Alegre durante o período em que vigorar o estado de calamidade pública decretado em decorrência da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19). (SEI 039.00008/2021-81)

Pareceres:

- da **CECE**. Relatora Ver^a Fernanda Barth: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Alexandre Bobadra: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Psicóloga Tanise Sabino: pela manutenção do Veto Parcial.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 07-10-21 (quinta-feira).

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLL n° 035/21, com Veto Parcial.

O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLL n° 035/21, com Veto Parcial.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu venho primeiro, falar algumas coisas que são importantes o plenário saber. Primeiro, orientaram errado, eu acredito, o governo e quem fez o veto, na questão de custo. Qual custo que tem de eu comprar o ingresso, Ver. Cassiá, *on-line*? É assim hoje em dia a venda de todos os ingressos para qualquer espetáculo, inclusive o futebol, saem na TV os dias de compra para setores e seguimentos, se eu apresentar o meu comprovante de vacinação. Não vejo dificuldade nenhuma. É que têm pessoas que não se vacinaram, e aí claro, não têm como comprar o ingresso, porque não se vacinaram. Agora, é imprescindível que tenha a vacinação. Eu quero dizer aqui que eu sou base desse governo, posso dizer até que eu sou uma das primeiras bases desse governo, que veio o Melo, o PMDB, depois veio o Solidariedade, e eu tenho a audácia, Ver. Cecchim, de dizer até que antes veio o Solidariedade, insistindo para o próprio PMDB que o Melo fosse candidato – eu sou base desse governo e não fui consultado na questão de veto ou não. Então, eu estou encaminhamento em nome do meu partido aqui, estou encaminhando em nome da minha bancada, estou encaminhando em nome do povo de Porto Alegre que quer o direito de jogar, para nós derrubar esse veto; porque o argumento é muito fraco, o argumento não se sustenta em hipótese nenhuma, de gerar

despesa para o Município, não vai gerar despesa para o Município, nós vimos isso agora nos jogos que estão acontecendo fora daqui. A venda dos ingressos é *on-line*, a pessoa baixa aqui no seu celular, só que quem não se vacinou não deve saber isso. Ali diz a pessoa que te vacinou, onde te vacinou, o dia que te vacinou e a hora que te vacinou, está ali. Eu tenho direito de não me vacinar, agora não tenho o direito de ir a um local público e colocar o meu direito individual sobre o direito dos outros. Eu não tenho o direito de estar no estádio de futebol, usando máscara, usando álcool em gel e não estar vacinado. Isso é o mundo que está atendendo assim, tanto que o governo do Estado já aprovou isso, está aprovado no governo do Estado, em vários eventos; a economia não pode falar. E eu quero lembrar aqui na campanha política, Ver. Idenir Cecchim, o que o nosso prefeito Melo dizia, que ele iria abrir a economia, está abrindo, está mantendo a economia de Porto Alegre funcionando, mas que ia prevalecer em primeiro lugar a saúde.

Manter o projeto do Ver. Mauro Pinheiro, manter que só possa estar no estádio de futebol, como já tem restaurante – tem restaurante dando até cortesia para o cliente que comprovar que está vacinado, restaurantes que estão dando prioridade às reservas feitas *on-line*, comprovando a vacinação, abrindo mão até de 10%, um dá a sobremesa, o outro dá o cafezinho, tem restaurante que está dando uma taça de vinho, tem restaurante que está dando o primeiro chope, se a pessoa comprovar que está vacinado. Quem tomou as vacinas, e nós estamos vendo a importância disso, e eu falo aqui em nome do senhor Alfredo Dutra da Silva, que está internado na UTI, que é o meu pai, e eu falo aqui em nome de Marco Figueiró que também está internado na UTI, que é um grande amigo meu, padrinho da minha filha, que tem esse direito de saber com quem está andando. É isso que nós queremos: saber com quem estamos andando; não saber se é gremista ou colorado, se é maragato ou chimango. Mas saber que eu posso, num jogo de futebol, quando for tomar uma água, ou quando for comer uma pipoca, que eu posso ir ao teatro, quando for tomar uma água ou comer uma pipoca, que eu possa num restaurante, quando for comer minha refeição, tirar a minha máscara e saber que a pessoa do lado não está contaminada, porque as pessoas que dizem que estão protegidas do vírus, porque não tomaram a vacina, mas ou pegaram, estão protegidas no vírus. Têm lugares que tem que apresentar o exame do cotonete com validade de 48 horas. Os Estados Unidos agora em novembro vão abrir as fronteiras para todo mundo, inclusive para nós brasileiros, mas nós temos que apresentar o comprovante de vacinação e apresentar, além do comprovante de vacinação, o exame do cotonete. Estive na semana passada em Santana do Livramento, para entrar tem que apresentar, Ver. Mauro Pinheiro, com 50 anos, a terceira dose da vacina – não interessa se tu tens ou não tens nada –, terceira dose da vacina e tem que apresentar o exame que as farmácias em volta ali de Santana do Livramento estão fazendo. Fronteira seca do nosso País, tem que apresentar.

Então, eu quero dizer e encaminhar novamente aqui pela derrubada desse Veto, o projeto do Ver. Mauro Pinheiro deu a possibilidade de as pessoas botarem um pouco desse estresse do covid-19 para fora, mesmo o Grêmio estando na situação que está, nós estamos indo lá, a torcida e dizendo que vai melhorar. Mas estamos botando

esse estresse do covid-19 para fora; deu a possibilidade de os colorados sonharem em estar na Libertadores do ano que vem. Mas nós queremos fazer tudo isso com segurança. Nós queremos ver o show da Maria Rita com segurança, o show dos Titãs com segurança, o Circo dos Dinossauros – que eu já levei a Linda duas vezes para ver e quer ver pela terceira vez - não aguento mais aqueles dinossauros –, com segurança, garantindo que as pessoas que lá estão poderão tirar a máscara para tomar a sua água, comer a sua pipoca, fazer a sua refeição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLL nº 035/21, com Veto Parcial...

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Sou um dos autores de uma das propostas de passaporte vacinal que tramitam nesta Casa. É bom que se diga que praticamente todos os países do mundo desenvolvido já exigem o passaporte vacinal. E o fato de nós termos um atraso em relação à defesa do passaporte e que a Prefeitura não assuma a sua responsabilidade dessa exigência faz com que nós tenhamos um atraso inclusive na reabertura de espaços culturais da nossa capital. Quem defende que a exigência de um passaporte vacinal ataca a liberdade individual deveria começar a rever os seus conceitos. Também vamos acabar com as *blitze* para testagem de pessoas que estão dirigindo para saber se beberam ou não; afinal de contas, estão retirando a liberdade de as pessoas beberem e dirigirem. Ou, quem sabe, nós também vamos passar a defender que não seja mais necessário utilizar cinto de segurança ou limite de velocidade nas vias. Daqui a pouco, chegaremos ao limite de acharmos que as pessoas podem praticar crimes de forma deliberada, porque, afinal de contas, a liberdade delas não pode ser regulada pelo Estado. É um absurdo atrás do outro. O pessoal que gosta de utilizar a bandeira de Israel, inclusive, para fazer discursos que seriam vergonhosos, deveriam saber que, em Israel, é exigido o passaporte vacinal. A mesma coisa nos Estados Unidos. O pessoal que adora utilizar a bandeira dos Estados Unidos, a mesma coisa na União Europeia, mas Porto Alegre, Porto Alegre é a vanguarda. Porto Alegre, que lá por março, abril foi o epicentro das mortes pela covid-19, onde nós tínhamos aí UTIs superlotadas, pessoas morrendo sem oxigênio praticamente, e a gente se esquece. Engraçado, o Eduardo Leite estava agora com o prefeito Sebastião Melo, o governador Eduardo Leite está decretando o passaporte vacinal no nosso Estado, estava com o prefeito Sebastião Melo, parece que não dialogaram muito bem os dois. Eu gostaria de entender qual foi o diálogo ali que não funcionou, o Eduardo Leite vem de imediato e determina o passaporte vacinal e o Sebastião Melo, ele veta aqui a exigência do passaporte vacinal para a entrada em eventos esportivos, enfim. Qual é o problema? Nós tínhamos basicamente três mil mortes na média antes da vacinação; hoje chegamos a uma média alta ainda, mas uma média de quinhentas mortes, trezentas mortes. Se isso não é um dado científico suficiente para demonstrar a relevância e a urgência da vacinação, eu não sei que outro dado nós poderíamos trazer aqui para este debate. O

fato é que a vacinação antecipada poderia ter salvado diversas vidas, não fosse a opção genocida de um Presidente da República que será, sim, condenado no Tribunal Penal Internacional; não fosse por ele, teríamos salvado muitas vidas. E aqui, em Porto Alegre, infelizmente, quase que invariavelmente, o prefeito Sebastião Melo prefere aparentemente dar ouvidos a uma turma negacionista, a uma turma que gosta de fazer discursos ostensivos, violentos e que gosta de tensionar o governo em pautas populistas, mesmo que para isso diversas vidas sejam colocadas em risco. Viva o passaporte vacinal, e nós vamos derrubar o veto do prefeito Sebastião Melo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para discutir o PLL nº 035/21, com Veto Parcial.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente Márcio Bins Ely, colegas vereadores, vereadoras, público que nos assiste. Na verdade, esta emenda que está sendo vetada parcialmente é de minha autoria. Aqui os meus colegas já falaram, já se posicionaram, que me antecederam, e a gente sabe que, para entrar em outros países, além do passaporte vacinal, as pessoas precisam ficar 14 dias em isolamento. Infelizmente elas ficam, porque precisam, precisam disso, e aqui, no Brasil, nós não temos esse isolamento, é fronteira aberta, todos podem entrar, todos podem se contaminar, como desejarem.

O setor de eventos foi o setor mais prejudicado, e nisso entram os jogos, os *shows*, os restaurantes, os bares e tudo mais. E eu acho que, sim, eles têm que se manterem abertos, e nós temos que oportunizar que isso continue. Como que a gente oportuniza que os eventos possam acontecer, que os *shows* possam acontecer? Através do controle da vacinação das pessoas, através do controle para que não haja mais contaminação. Se as pessoas não se contaminarem, se elas estiverem vacinadas, elas vão poder usufruir dos bares, dos restaurantes, dos *shows*, dos clubes, que eu acho, sim, que é extremamente urgente e importante, porque ficaram muito prejudicados. Eu, como vereadora da saúde, eu preciso pensar no coletivo. Eu respeito os meus colegas vereadores, eu sei que há muitos aqui que discordam dessa posição, mas eu também gostaria de ser respeitada, porque eu acho que liberdade, ela é ampla na Constituição, mas ela não pode se sobrepor ao coletivo. Vamos abrir com responsabilidade, vamos respeitar todos. Perdemos muitos amigos, perdemos parentes, perdemos muitas pessoas para esse vírus e nós não podemos aceitar. Hoje, nós temos 73% da população total, com duas ou três doses, vacinada; ou seja, quase toda a população de Porto Alegre está vacinada. Então, por que não apresentar o passaporte vacinal para ter acesso aos locais, aos eventos e aos *shows*? Nós nos posicionamos contrários e vamos derrubar, se possível, este veto. Tenho certeza que os colegas vão entender. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PLL nº 035/21, com Veto Parcial.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Eu, obviamente, diria inclusive que conclamo todos os colegas com bom senso a derrubarmos o veto do prefeito. Vejam bem, o prefeito e o governador estiveram na Espanha e eles tiveram, para entrar na Espanha, que apresentar o passaporte vacinal. Para entrar na Espanha, eles tinham que estar vacinados há pelo menos 14 dias. E digo mais, Ver. Ferronato, para eles jantarem na Espanha, eles tinham que apresentar o passaporte vacinal. A região de Galiza na Espanha, inclusive, pede passaporte para restaurantes, para hotéis, por exemplo, essa é a realidade de todo mundo que tem bom senso sanitário.

A proposta do prefeito, do veto, ela atende única e exclusivamente aos setores bolsonaristas da sua base. Sabem por quê? Porque a população de Porto Alegre tem mais bom senso que esse povo, porque a população de Porto Alegre está vacinada. Hoje, nós temos, em Porto Alegre, 96,8% da população vacinados com a primeira dose e 73,2% da população vacinados com o esquema completo. Nós já temos, Ver. Leonel, uma quantidade de gente tomando a terceira dose. Todo mundo que tem mais de doze anos em Porto Alegre pode tomar vacina. Nós não estamos, de modo algum, aqui dizendo que as pessoas não tenham o seu direito a não tomar vacina; nós estamos dizendo que a vontade individual não deve se sobrepor ao bem coletivo, ao bem da maioria. É tão lógico! Eu não consigo compreender, senão apenas uma agitação com atenção a uma base eleitoral, não é nem a uma base ideológica, é apenas a agitação desses setores. A justificativa do prefeito para o veto é de que é muito difícil conseguir aferir se as pessoas estão vacinadas ou não. Tenho certeza de que todo mundo aqui que está vacinado guardou o seu passaporte, o seu cartãozinho. Quem não o fez, quem não guardou, quem perdeu, extraviou, entra no *site*, imprime, tira um *print* do seu cartão. Estar vacinado é fundamental inclusive, como bem disse o Ver. Janta, nós temos inclusive aí lugares que oferecem cortesias, *drinks*, descontos para quem está vacinado. E vejam bem, essas questões sanitárias, elas são completamente normais. Febre amarela, por exemplo, em quantos países, para a gente entrar, a gente precisa apresentar, Ver. Mauro, o cartão que nós tomamos a vacina da febre amarela - África do Sul, Austrália, China, Colômbia, Egito -, nós precisamos. Não é só sobre a covid-19 que nós estamos falando, inclusive, nós estamos falando aqui sobre todas as epidemias, sobre as pandemias que se apresentam. É um debate racional. Eu não entendo a irracionalidade de nós estarmos há dois anos sobre esse debate. A vontade de fazer um veto sobre isso é pura demagogia, uma demagogia perversa, porque nós já temos mais de 600 mil mortos no nosso País. Eu não consigo compreender como que o nosso prefeito Sebastião Melo e o nosso governador Eduardo Leite viajaram juntos para a Espanha, viram lá várias questões de inovação, etc. Um retornou e foi lá e pá: passaporte vacinal para tudo! O outro vem aqui, pá: passaporte vacinal para nada! Foram lá, viram as mesmas coisas e um talvez não tenha compreendido o que viu. Eu acredito que esta Casa, lembro bem, estava aqui me antecedendo a Ver.^a Cláudia, esta Casa já aprovou aqui - não é, Ver.^a Cláudia - uma proposta da senhora, passaporte

vacinal. Não entendo o que leva esta Casa a regredir na sua interpretação. Eu inclusive propus que a este plenário só pudessem acessar vereadores vacinados. Vereadores que não querem se vacinar que entrem *on-line*, das suas casas, dos seus escritórios. Nós não podemos aqui colocar a insegurança coletiva a bem do entendimento de uns contra todos os organismos internacionais da saúde. E não podemos, menos ainda, dialogar com o oportunismo eleitoreiro sobre uma base bolsonarista que eu alerto aqui: a cada dia mingua mais, a cada dia diminui mais. Quem acredita que esse barco vai levar para algum lugar vai afundar. Portanto, eu aqui conclamo todos os colegas de bom senso a derrubarem o veto do prefeito, estarem de acordo com todas as orientações sanitárias do mundo e nós aqui manteremos a questão do passaporte vacinal. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir o PLL nº 035/21, com Veto Parcial.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Colegas, primeiro, eu não consigo entender o que faz o prefeito vetar um projeto como esse. A retirada do passaporte vacinal é a pactuação com as mais de 600 mil famílias que perderam as suas vidas, é quase que insano. E aí é essa a palavra. É uma insanidade pensar que nós temos aí mais de 600 mil mortos, uma pandemia que devastou o Brasil, fez com que as nossas famílias ficassem enlutadas por muito tempo. A gente vive um sopro de esperança após a vacinação, e nós precisamos entender o que foi esse processo, o que foi o negacionismo e o impacto dele, inclusive, no calendário de vacinação. A vacina comprova a sua eficiência a partir do momento em que nós temos uma queda brusca nos índices e nas taxas de mortalidade após a vacinação da população. O Ver. Janta nominou os seus amigos e familiares, eu perdi um tio de quem eu gostava muito, o tio Zeca, não porque o tio Zeca fosse um negacionista, mas porque o tio Zeca foi impactado pelas informações falsas e por tudo isso que a falta de conhecimento traz à população. Vetar esse projeto, vetar essa etapa, que é fundamental para que a gente possa ter uma retomada, é pactuar com esse projeto de morte. Eu não consigo entender o que faz o prefeito da cidade, que fala da necessidade de a gente recuperar a capacidade econômica, fala da necessidade de reabrir os bares, de retomar o público dos estádios, vetar algo que seria crucial para todo e qualquer governo sério. Eu não consigo entender, Ver. Pablo, o que faz o prefeito vetar o passaporte vacinal. Não consigo entender, Ver. Oliboni, porque não pode ser média com uma pequena parcela que nega a ciência e que nega uma medida tão efetiva quanto a vacina. Eu pactuo com a Ver.^a Laura, já me manifestei anteriormente: eu acho que os vereadores que não se vacinaram não deveriam adentrar este plenário, porque, a minha mãe sempre disse em casa, a nossa liberdade vai até aonde está delimitada a liberdade do coleguinha. Quando a gente divide o plenário com tantas pessoas e tantas famílias, porque aqui trabalham muitas pessoas que retornam para as suas casas todos os dias, nós também falamos sobre a negligência de uma Casa Legislativa. O passaporte vacinal deveria estar vigorando na

cidade há muito tempo, principalmente, nesta Casa Legislativa. A nossa bancada encaminha, naturalmente, pela derrubada do veto. Eu acredito que os vereadores e as vereadoras comprometidos com a saúde da cidade, comprometidos com o projeto de retomada de uma cidade que consiga olhar para a frente, não esquecendo quem ficou para trás... Nós não podemos olhar para frente simplesmente passando a borracha em todas essas famílias que perderam os seus entes queridos, todas as famílias que seguem perdendo, porque a pandemia ainda não acabou. Nós não podemos pactuar com a negligência, com o negacionismo, com um projeto de morte, que se utilizou da pandemia para deixar brasileiros e brasileiras, gaúchos e gaúchas morrerem por negligência, porque a vacina comprova que foi negligência, a vacina comprova. Nós vivemos esse caos por um projeto negacionista que tem, no centro da sua atuação, a morte, a fome, o desemprego e o caos. Se esta Casa Legislativa não derrubar esse veto, nós vamos pactuar com esse projeto, e a bancada do PCdoB vem encaminhar pela derrubada do veto.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLL nº 035/21, com Veto Parcial.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra da assistência; obrigada, Ver.^a Daiana dos Santos, pela inversão do tempo. Nós temos aqui, Ver.^a Cláudia Araújo, uma situação, no mínimo, contraditória. Explico. O prefeito Melo tem uma linha de discurso em que ele tem pregado, Ver.^a Laura Sito, de forma muito incoerente, mas tem pregado a importância das vacinas em Porto Alegre. O seu último argumento, semana passada, quando volta da Europa, é o seguinte: Porto Alegre está, inclusive, no ponto, pelo avanço vacinal, de ter determinadas aberturas. Isso é argumento do prefeito. Na verdade, o prefeito sempre quis aberturas, eu digo isso com o maior respeito, é a posição dele, não é a nossa, mesmo antes de ter este nível bom que Porto Alegre está atingindo, Ver. Claudio Janta, em termos vacinais. O problema é que a emenda da Ver.^a Cláudia Araújo é exatamente a viabilização disso. Quer botar gente nos estádios, em outros eventos? Está tudo bem, a Câmara aprovou contra o nosso voto, mas conta a maioria, ou seja, é o que vale, a Câmara aprovou, mas a emenda da Ver.^a Cláudia Araújo é indispensável, é evidente. Por quê? Porque a emenda que garante que os eventos possam ocorrer, tal qual previsto pelo Ver. Mauro Pinheiro, autor do projeto, prevê segurança sanitária, segurança de saúde para a população. Em que mundo vivemos? O planeta inteiro discute e adota o passaporte vacinal. O mundo, por orientação da OMS, faz isso em cada país, em cada situação, em cada região, umas absolutamente diferentes das outras, mas a linha é a mesma, a orientação é essa. É momento de abertura? Talvez. Eu entendo que não, mas, superado esse debate, em que a minha posição, Ver. Giovani, do PCdoB, é de que não é o momento, sendo vencedora a posição do Ver. Mauro Pinheiro, por hipótese, como é o caso, a proposta do

passaporte sanitário da Ver.^a Cláudia Araújo é absolutamente necessária. Absolutamente! Ou alguém vai querer que se aglomerem as pessoas, e haja transmissão do vírus? Esse vírus não é um vírus que vem através de insetos ou de animais, é um vírus de transmissão humana, Ver. Oliboni. A aglomeração sem vacinação é um ato de irresponsabilidade, com todo o respeito, não é possível! A nossa obrigação é derrubar esse veto. Toda a ciência tem a mesma posição, o mundo se inclina no mesmo sentido: a exigência do passaporte vacinal. É o momento de abertura, ou não? Bem, é um outro debate, mas, se há abertura, se há possibilidade de eventos, se há possibilidade de comparecimento a estádios de futebol, por exemplo, então nós temos que ter o passaporte vacinal. Quem tem condições de ir a um evento desses é exatamente quem tem o compromisso social, são eventos sociais, são eventos de muitas e muitos. Nesses eventos, por óbvio, irão as pessoas com aquelas condições; se a pessoa não quer cumprir as condições, não vai no evento. Eu não tenho ido a estádios de futebol nem com essa abertura e não pretendo ir, porque acho que não é o momento e não devo dar o exemplo. Mas eu teria condições de ir, porque tenho o passaporte vacinal. E quem tiver, bem, o debate sobre aglomeração agora é em outro nível. Aglomeração em qualquer percentual é algum grau de aglomeração. Aglomeração com o passaporte vacinal é uma coisa, discutível à luz da ciência, aceitável, talvez; necessária, eventualmente, para a economia, Ver.^a Bruna Rodrigues. Agora, com certeza, aglomeração sem passaporte vacinal é um crime, é um crime contra a saúde pública, e nós não podemos aceitar isso. A maneira de não aceitar é votando contra o veto, pela derrubada do veto. Eu quero dizer até em favor do Ver. Mauro Pinheiro que ele votou a favor dessa emenda. Essa emenda é necessária, sem ela não tem sentido, vai ser uma lei que vai ser derrubada, nós vamos ser motivo de chacota no Brasil inteiro. Nós não podemos aglomerar, nós não podemos permitir que as pessoas se juntem em grupos muito grandes sem a garantia do passaporte vacinal. Então, encaminho, Sr. Presidente, agradeço o tempo, pela derrubada do veto como medida sanitária, como medida de amor a Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLL nº 035/21, com Veto Parcial.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Agradeço a oportunidade de falar sobre esse tema, deixando claro o posicionamento coerente que vários vereadores se revezaram na tribuna para defender, de vários partidos distintos, vereadores da base, vereadores independentes, aliados. Quero deixar claro que a bancada do PSDB não tomou nenhuma decisão fechada sobre o tema, mas, por coerência, eu quero fazer alguns pedidos aos colegas vereadores e ao Legislativo municipal. Errar é humano, persistir no erro é que é burrice, dizia o meu avô Renato Guimarães da Silva, o Renato Maluco. Eu, nos últimos anos, quero lembrar, Ver. Cláudio Janta, fui autor de uma emenda, na legislatura passada, do táxi branco na cidade de Porto Alegre. Eu fui autor dessa emenda. Mais tarde, essa emenda foi motivo de um veto parcial do governo

Marchezan, prefeito do meu partido, e esta Casa derrubou o veto. Foi um acerto. Eu, na época, não tinha essa leitura, pensava que derrubar um veto do prefeito era algo para atingir o prefeito, vamos dizer assim, atacar o prefeito. Eu aprendi que é errada essa leitura. O prefeito tem uma equipe técnica, uma procuradoria, uma assessoria jurídica que pode errar. O prefeito, neste caso, eu acho que foi induzido ao erro tecnicamente. Porque, vejam bem, como disse o líder da oposição neste momento, o Ver. Pedro Ruas: de que adianta, nós, em Porto Alegre, defendermos a não exigência da comprovação vacinal nos estádios? Eu nem falo mais em passaporte, porque, no meu celular, eu tenho, no aplicativo do SUS, o comprovante das minhas vacinações. Tive que apresentar recentemente em Bento Gonçalves. Nós vamos ver, no Estado, um esforço de abertura. E foi bem dito aqui, é um projeto maravilhoso do colega Ver. Mauro Pinheiro, do nosso bloco partidário, defendendo a reabertura com condicionantes. Aí nós, aqui em Porto Alegre, vamos abrir mão de uma condicionante que o Estado do Rio Grande do Sul pactuou, que o Brasil pactuou, que o mundo pactuou? Vejam o tamanho do absurdo! Por isso o meu encaminhamento final é que nós possamos, por que não, por unanimidade, derrubar o veto, até para não expor esse erro de leitura, esse erro de indicação, para a gente não expor o erro de quem fez esse veto parcial, até para que nós possamos não expor o prefeito da capital a isso. Uma legislação em Porto Alegre não exigir, e no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul exigir, ou seja, vai ser exigido de qualquer forma, porque no Estado será exigido, porque no Brasil será exigido. E nós aqui, acho que realmente, como disse a Ver.^a Laura, para agradar algum eleitor ou algum grupo de eleitor, vamos fazer simplesmente uma aberração. Eu não vou me alongar, apenas para dizer que a maioria da bancada do PSDB, o Ver. Gilson Padeiro, com o seu conhecimento na questão do atendimento no Parque Belém, ouviu técnicos da área hospitalar sobre esses protocolos, o Ver. Kaká, sempre cumpridor de todos os protocolos, já se manifestaram que provavelmente vem a coerência de exigir o passaporte vacinal, respeitando a liberdade da bancada, respeitando a liberdade do Ver. Ramiro de se posicionar, parece que acompanhando o veto, a gente, às luzes da sociedade, queremos expor aqui os nossos argumentos. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para discutir o PLL nº 035/21, com Veto Parcial.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Fazendo uma avaliação muito rápida referente a esse veto, acho que é importante a gente trazer aqui essa relação ligada diretamente com a saúde pública. Aqui não estamos falando, como alguns gostam de trazer, com viés ideológico, aqui estamos falando de dados e do que tange a uma construção com base científica. Definitivamente, não é crível que nós venhamos, diante de um caos, onde contabilizamos 600 mil mortes no País, pensar que

um passaporte sanitário não se faz necessário, porque se faz, mais do que nunca. Isso é pensar no coletivo, do individual ao coletivo, isso é um cuidado mais do que preciso, é essencial para restabelecer algo que é muito caro àqueles que estão defendendo a reabertura do comércio, a reabertura dos estádios, com público. É trazer segurança sanitária. Sei que alguns colegas discordam, mas é importantíssimo que nós venhamos aqui olhar para esse dado. São 600 mil mortes, e a gente tem uma redução abrupta do contágio a partir do momento em que as pessoas são vacinadas, isso é fato, está aí. Aqueles que não querem acreditar, aqueles que definitivamente não se colocam à disposição para olhar para isso com a responsabilidade que requer o tema, pois que o façam, nós estamos falando de uma pandemia mundial, onde está sendo reduzido abruptamente o número de pessoas contaminadas, o número de mortos, aqueles que ficaram gravemente infectados e que precisaram de auxílio de toda ordem e que ainda sofrem, isso é importante, que sofrem até hoje com um processo respiratório, com uma série de questões do pós-covid, e isso tudo impacta na saúde pública. E se a gente está falando do impacto na saúde pública, nós estamos falando também de um valor que vai ter que ser investido para esse tratamento. Isso é olhar com respeito e a responsabilidade necessária, não existe a possibilidade da retomada de eventos, desses espaços públicos da forma mais ampliada, se não for com o passaporte vacinal. Isso é seguir uma ordem mundial, isso é seguir aquilo que vem sendo debatido em países de Primeiro Mundo. Nós temos aqui muitos colegas que têm como linha de guia a Europa, os Estados Unidos; pois então façam isso com essa delicadeza de quem compreende que o momento vai muito além do que a sua opinião pessoal. Nós não podemos permitir que esse veto permaneça. A minha parceira de bancada já encaminhou, em nome do PCdoB, mas eu reforço esse encaminhamento porque esse é um veto que não deveria nem estar sendo debatido, na verdade nem deveria ter acontecido. Quando a gente olha para os dados da saúde pública, quando a gente olha para todo o caos que um sistema público, porque foi o SUS quem sustentou toda essa cadeia de cuidado, todo esse acolhimento; quando a gente olha para tudo isso e nesse momento de retomada, retomada do crescimento econômico, retomada da reabertura dos espaços públicos e não debate com a seriedade e a responsabilidade necessária o passaporte vacinal, nós estamos aqui fomentando o negacionismo, e essa não é a crítica que deveria ser colocada diante de um projeto tão importante. Então, reforço que nós nos colocamos ao lado daqueles que acreditam na ciência, daqueles que definitivamente compreendem que todos os estudos feitos até agora, que tudo aquilo que foi pensando e elaborado com muita, mas muita, Ver. Claudio Janta, responsabilidade até aqui, não foi em vão. Não é possível permitir esse tipo de comportamento, que vem para muito além da negação, porque nós sabemos que não foi só o fato do negacionismo que nos colocou nessa condição, tem aí uma série de outros elementos que estão permeados nesse comportamento que afasta a realidade. A realidade é que nós estamos retomando a vida dentro de um possível normal, porque, definitivamente, isso ainda vai demorar um tempo. Socioeconomicamente, muita gente foi afetada. A gente fala do aumento da pobreza, da relação direta da educação, que, para alguns, foi um desastre, uma catástrofe, mas com a retomada da economia através desse, que é um importante momento para aos poucos a gente ir galgando esses espaços,

a gente precisa ter o passaporte sanitário. Isso não deveria estar sendo debatido, na verdade já deveria estar aqui sendo vigente. Aqueles que negam, aqueles que não compreendem, aqueles que ainda se colocam contrários, que busquem explicações. A OMS está aí, temos a Fiocruz, temos muitos canais de informação, sérios, que podem dar essas informações para vocês de forma muito exata. Façam isso e não fiquem brincando com a vida alheia, porque já são 600 mil vidas perdidas por conta daqueles que não compreendem e não são responsáveis, colocam sempre, e essa conta é uma conta muito cara, em cima daqueles que já são penalizados. Não é possível que nós estejamos diante dessa barbárie que foi a pandemia, levando tantas vidas, causando um caos, socioeconomicamente falando, e já digo isso porque nós temos um perfil muito bem definido daqueles que sofrem com esse sistema, com essa desestrutura e com o impacto disso. Então o passaporte vacinal é a garantia da reabertura desses espaços com segurança, sabendo que todos ali estão aptos e podem transitar tranquilamente, principalmente aqueles que executam as tarefas da manutenção dos espaços, aqueles que executam os trabalhos mais singelos, mais sucintos nesses lugares, eles vão ter a garantia da segurança. É por isso que a gente sustenta essa posição e faz esse debate, acho que tem que ser um debate ampliado mesmo, para que tenha segurança. Isso é segurança sanitária, e aqui quem fala não é somente uma vereadora, aqui quem fala é uma sanitarista. Falo isso com propriedade, com a responsabilidade de quem teve anos de formação para chegar aqui e repassar uma informação que é coerente com a realidade da saúde pública deste País.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLL nº 035/21, com Veto Parcial.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Ver. Cecchim, presidindo esta sessão, demais vereadoras e vereadores, público que nos assiste; primeiramente eu quero falar principalmente para o público que está em casa nos assistindo, que nós não estamos aqui discutindo passaporte vacinal para a cidade de Porto Alegre, a discussão é sobre o projeto de lei de minha autoria, já sancionado pelo prefeito, de liberação para eventos esportivos, grandes eventos, a presença da torcida nos jogos de futebol, e uma emenda da Ver.^a Cláudia Araújo, que diz que para ingresso nesses eventos será obrigatória a apresentação de uma carteira de vacinação. Parece que nós estamos discutindo para tudo na cidade; não! É sobre eventos esportivos, principalmente a torcida nos estádios. Eu quero dizer que domingo passado, dia 10 de outubro, foi o primeiro dia da volta da torcida no Estádio Beira-Rio, e eu, como bom colorado, Ver. Pablo, fui ao estádio, até mesmo porque estava com saudades e também queria ver como iria funcionar. Eu acredito que a vacina tem eficácia e tem ajudado muito na cidade de Porto Alegre, como no Brasil inteiro. Respeito aqueles que não querem tomar a vacina por algum motivo ou porque já tiveram covid e já desenvolveram anticorpos e não verem necessidade, mas eu acredito que a vacina é eficaz, tem um bom resultado.

Eu me vacinei, fiz as duas doses. O que eu fiz para ir ao jogo? Baixei o Conecte SUS, baixei o certificado da minha vacina, depois entrei no *site* do Internacional – Inter e Chapecoense –, e, antes de fazer o *check-in*, anexeí o comprovante ao *site* do Internacional, dizendo que eu estava vacinado e fiz o *check-in*. Já está no *site* do Internacional, como sócio do Inter, que eu estou vacinado. Já estou apto, pela legislação, a entrar num estádio de futebol, se cobrarem a vacina. Então, não depende mais de o poder público estar lá no estádio ou não, na hora do *check-in* já é possível fazer a verificação se é ou não vacinado, assim como no jogo de hoje a mesma coisa, também já fiz o meu *check-in* com o Conecte SUS. A grande dificuldade que o prefeito diz no seu veto, ele concorda que é meritória a iniciativa do PL e da emenda da Ver.^a Cláudia Araújo para os cuidados sanitários, é que a Prefeitura tem uma certa dificuldade de controle; claro, se fosse para ir e vir e na cidade, seria quase impossível o prefeito estar em todos os pontos da cidade. Por isso, Ver. Felipe Camozzato, eu sou favorável a que haja o controle em grandes eventos, em que é certo que vai ter algum tipo de aglomeração. O Internacional tomou todas as medidas sanitárias e os cuidados, quero aproveitar aqui para parabenizar o Sport Club Internacional, porque quando cheguei lá tinha todo um sistema montado para o jogo, diferente de todas as outras partidas. A grande maioria foi mais cedo, alguns ficaram no entorno do estádio aguardando, porque gostam de tomar uma cervejinha antes do jogo e dentro do estádio não tem. Inclusive, sou favorável a que se libere a bebida dentro do estádio de futebol, para evitar essa aglomeração no entorno do estádio, porque o torcedor vai, fica no entorno do estádio até o último minuto, porque ele quer aproveitar, porque futebol e cerveja têm uma relação muito próxima. Então eu acho que se nós tivermos bebida dentro do estádio, vai diminuir a aglomeração no entorno dos estádios. Mas o Sport Club Internacional – o Grêmio, na Arena eu não fui – no último domingo, estava bem organizado, bem distribuído, aconteceram alguns pequenos ajustes que eu tenho certeza que serão feitos para o jogo de hoje. Então eu vou votar para manter a emenda da Ver.^a Cláudia, vou votar pela derrubada do veto, até porque o prefeito diz que concorda, mas que tem dificuldades, e eu acho que com a forma digital, eletrônica, a gente consegue fazer o controle nos grandes eventos na cidade de Porto Alegre e garantir, assim, maior segurança para todos. Mas não concordo que seja, por exemplo, um passaporte para participar do comércio, para ir às lojas, para ir aos restaurantes. Claro que é um número menor de pessoas, se as pessoas mantiverem o controle sanitário, máscara, álcool em gel, um certo distanciamento em lugares que não tem um grande número de pessoas, a gente consegue manter. Hoje, nós já temos 70% da população do Brasil com a primeira dose; mais de 50% da população da cidade de Porto Alegre já tomou a segunda dose. A grande maioria das pessoas estão se vacinando, acreditam na vacina, e um percentual menor que, por algum motivo ou por algum problema, não tenha tomado a vacina, poderá circular junto sem nenhum problema. Mas com relação aos grandes eventos, às grandes aglomerações, eu vou concordar com a Ver.^a Cláudia Araújo pela sua emenda. O governo, eu sei, vai entender, até porque a justificativa do governo pode ser sanada de forma eletrônica, na hora de comprar o ingresso, a pessoa justificar que já fez a vacina, então pode-se ajustar na forma eletrônica. Vou votar pela derrubada do veto e quero

deixar bem claro que não sou favorável a passaporte para tudo, eu acho que cada caso nós temos que discutir. No caso dos grandes eventos, com a aglomeração de 8, 10, 15 mil pessoas, acho que nesses momentos a gente tem que exigir que a pessoa esteja vacinada, até para garantir a relação sanitária que a gente acabou voltando o mais rápido possível. Votarei pela derrubada do veto, respeito a opinião dos demais vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLL nº 035/21, com Veto Parcial.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Boa tarde colegas vereadores e vereadoras. Eu fiz questão de vir à tribuna, Ver. Idenir Cecchim, porque é um tema sobre o qual estamos sendo extremamente cobrados por parte da população, pelo menos por uma pequena parte da população que discorda de uma legislação que possa obrigar a exigência da vacinação, do passaporte vacinal. Eu tenho uma posição muito clara sobre o assunto, eu sou a favor da exigência, essa é uma experiência, o Ver. Claudio Janta tem uma proposta que iremos apreciar nos próximos dias – Ver. Claudio Janta, quero aqui manifestar a minha posição favorável ao projeto –, de que a vacina tem sido a grande produtora do bom resultado que nós estamos tendo em relação à pandemia, à diminuição de mortes, de vítimas, à proliferação da pandemia, tudo isso tem como respaldo, como resultado da introdução das vacinas em grande escala no nosso País. O que nos indigna é justamente o atraso, a demora, o descaso, pois nós não fizemos isso antecipadamente como poderíamos realizar no nosso País.

Queria ressaltar aqui que o Município de Porto Alegre, o Prefeito Melo e o secretário Fernando Ritter têm desempenhado um belo trabalho nesse sentido. Porto Alegre tem sido uma referência na vacinação, o que nos leva a comemorar os bons resultados em relação a isso, que tem, evidentemente, como resultado consequente, a diminuição do uso de leitos e de vítimas da pandemia. Eu sou a favor e, quando aqui foi proposta pelo vereador a possibilidade da volta dos grandes espetáculos, dos jogos de futebol, dos grandes eventos, o que me fez votar a favor, justamente, da legislação foi a emenda da Ver.^a Cláudia Araújo que exige a imunização das pessoas, a comprovação da vacina, para que nós possamos voltar a ter uma vida normal, o retorno aos grandes espetáculos e eventos de grande porte na cidade, mas com a certeza de que as pessoas que estão frequentando e que estão novamente indo a eventos desse tipo, também foram vacinados. A emenda da Ver.^a Cláudia Araújo, com certeza, acho que deu a aprovação do projeto nesta Casa. Eu quero aqui, respeitosamente, dizer que discordo da posição do Executivo, que demonstra, através da justificativa, os motivos pelos quais o prefeito veta. Eu tive o cuidado de não apenas ter uma posição pessoal, mas uma posição onde a gente tenta entender o que o mundo está fazendo para que possa não apenas estimular que as pessoas venham a se vacinar, porque já conhecemos o resultado da vacinação, mas que nós possamos voltar a um dos setores da economia mais prejudicado da cidade

que foi o setor de eventos. Eu tive o cuidado de conversar com o setor, o setor é a favor, acha que essa é uma questão fundamental de que a exigência e os mecanismos que estão sendo oferecidos para que as pessoas possam comprovar extremamente pouco burocrático, desburocratizado completamente, apenas entra no *site*, demonstra que está vacinado comprovadamente pelo sistema SUS, que demonstra claramente para as pessoas que querem usar. Enfim, isso dando a garantia de que as pessoas voltem a se encorajar a participar dos grandes eventos, tendo a tranquilidade e a certeza de que as pessoas que lá estarão presentes estão imunizadas, garantido que não seja proliferada, cada vez mais, essa doença que vitimizou tantas pessoas no nosso País. Então, fica aqui o nosso registro de que nós votamos, quando da aprovação do projeto, a favor justamente pela emenda da Ver.^a Cláudia Araújo, que potencializa, que qualifica o projeto, garantido que as pessoas que estão participando estejam imunizadas.

Concluindo, quero dizer que eu faço parte de uma geração, como muitos que estão aqui nesta Casa, o Ver. Pablo que me escuta, que se imunizou. Nós usamos vacina para tudo, sarampo, catapora. Eu e meus filhos tomamos uma série de vacinas, a humanidade se perpetuou justamente por vacinas que garantiram a sobrevivência de todos nós e a imunidade de uma série de doenças. Então, eu faço aqui o meu registro de quem tem a convicção de que não apenas este projeto aprovado com a emenda da Ver.^a Cláudia Araújo, mas também o passaporte vacinal. É uma posição muito pessoal minha de que a exigência da vacinação, da imunização das pessoas é um fator de estímulo para que as pessoas venham a se vacinar e que nós não venhamos a ter gastos de saúde maiores por pessoas que não aceitam, que negam a necessidade e a eficiência das vacinas para que possam ser imunizadas. Nesse caso, irei votar contra o veto do prefeito, irei votar com os vereadores que irão, enfim, derrubar o veto, no entendimento de que essa emenda é essencial para um retorno seguro, para um retorno gradual que as pessoas estão tendo aos grandes eventos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 035/21, com Veto Parcial.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que nos ouve, que nos prestigia nesta Casa. Na cidade, para alguns, parece que acabou a pandemia, terminou, não tem mais problema nenhum, tira a máscara, aglomera, e o prefeito simula preocupações, ele simula, ele é artista nisso. Não estou aqui falando pejorativamente, quero dizer que ele tem habilidade, ele tem a capacidade de transmitir a confiança naquilo que nem ele acredita. Ele, que administra esta cidade de um milhão e 500 mil habitantes, quer agora, com este veto, administrar para meia dúzia de negacionistas, dar palco para aqueles que lutam contra a ciência, e quem luta contra a ciência, luta contra a humanidade e aqui em Porto Alegre luta contra os seus habitantes. Todos sabem da importância de se vacinar, e as pessoas dizem: "Ah, cadê o meu direito. Cadê o meu direito de ir e vir, de decidir o que fazer." Mas eu acho muito bonito, quando uma

peessoa que tem a chance de pegar o coronavirus, mesmo vacinada, tem o direito de avançar no direito do outro? Que tem comorbidades e que, mesmo vacinado, pode, sim, contrair e a doença pode ser mais prejudicial para aquele. Tem, sim, uns que estão melhor imunizados que os outros. Vocês sabem que há pessoas morrendo de Covid, mesmo vacinadas? Muitos idosos, muitas pessoas com comorbidades. E, aí, o prefeito acha que as pessoas podem se aglomerar, assistindo um jogo, que podem contrair a doença, levar para casa e seu avô, com 80 anos, mesmo com a terceira dose, tem a chance de se contaminar e de ficar com maiores prejuízos podendo até vir a óbito. Muita gente está vindo a óbito mesmo vacinado. Claro, a vacinação avançou, ela conseguiu trazer segurança, mas ainda não é a maior segurança. A justificativa, prefeito, não cabe ali, foi malfeita, tem coisas que são malfeitas, é verdade. Na rapidez, escreveu mal. Dizer que não tem como fiscalizar? Então entrega a Prefeitura e entrega a chave, se o senhor não tem como trabalhar. É seu dever fiscalizar, é seu dever garantir o funcionamento das coisas. Eu acho muito bonito que, todo final de semana, sai uma notícia que "ah, estouramos uma festa", "ah, pegamos a juventude aglomerada". Todo final de semana tem "ah, eram os jovens na zona nobre", "os jovens na periferia", "na Cidade Baixa não deixamos eles se aglomerarem". Agora, no jogo de futebol pode todo mundo, se mostrar a carteirinha de vacinação e o prefeito veta. Os prefeitos erram, os políticos erram, errar é humano, mas um prefeito errar, tendo toda a sua assessoria, e vetar? Não! Isso não é erro, isso é decisão política. Eu considero um erro gravíssimo e deveriam, as vereadoras e vereadores desta Casa, derrubar esse veto. O prefeito não tem como fiscalizar? Dê seu jeito, porque a Prefeitura arrecada 22 milhões de reais por dia, não são 22 mil reais; 22 milhões caem direto na conta da Prefeitura e a alegação para vetar é que não pode fiscalizar? Então não pode fiscalizar nada, não pode fazer nada, não podemos mais criar leis, porque o Prefeito alega que não pode, que não tem condições de fiscalizar. Que pena! Por favor, prefeito, melhore as justificativas dos vetos. O senhor até tem o direito de vetar, decisão política, agora dizer que está vetando porque não poderá fiscalizar? Mas o que é isso? Não fez bem a viagem à Europa! Para alguns faz bem ir a Europa, eu nunca fui, talvez um dia eu vá, para muitos faz bem, refresca a mente, paisagens novas, mas para o prefeito, me parece, prejudicou muito, porque não vejo nenhuma novidade, nenhuma positividade para a cidade. Evite, prefeito, da próxima vez, ir a Europa; evite. Vá visitar Ponta Grossa, Restinga, Sarandí, essas pessoas desempregadas, essas pessoas aglomeradas nos ônibus, como recebi no feriado um vídeo, Linha 210. No feriado, extremamente lotado. Faça o dever de casa, não vete o direito de as pessoas terem acesso à saúde e segurança para fazerem o que querem fazer. Se quer ver jogo, tem que ter, sim, passaporte vacinal. E mais do que isso, tem o projeto de lei nesta Casa para que, em lugares de aglomeração em que as pessoas tiram máscaras, tenham que ter passaporte vacinal. Tem que se vacinar! O povo está pagando pela vacina, tem que usar, não pode escolher não se vacinar. Vamos respeitar a humanidade, vamos respeitar a ciência, respeitar esta cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 035/21, com Veto Parcial.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente Márcio Bins Ely, colegas vereadores e vereadoras, primeiro quero dizer aqui que sou a favor da vacina; a favor da vacina para quem deseja se vacinar. Nós vivemos num País livre em que coerção e obrigação não podem ser palavras de ordem! A liberdade das pessoas ainda existe, temos que preservá-la. Estaremos nós aqui criminalizando aqueles que não têm passaporte vacinal? Estaremos aqui dizendo o que é garantia de segurança ou não? Pois eu digo para os senhores, principalmente para a oposição, que tanto fala dos mais pobres, dos mais vulneráveis, a cada cinco vacinados, três estão inscritos no CadÚnico – Cadastro Único. Estaremos nós aqui criando subcategorias dentro de Porto Alegre? Uma vez aberta a porteira, se foi! Dos não vacinados, isso é um dado da Secretaria Municipal da Saúde, 2% das pessoas que estão fora do Cadastro Único; dos não vacinados, 25% estão dentro do Cadastro Único, exatamente as pessoas - vereadores, aqui eu gostaria que fizessem o mea-culpa - que menos têm não se vacinaram, exatamente aquelas que alguns vereadores da oposição dizem que estão à margem da sociedade. Vamos estar criminalizando essas pessoas novamente! Eu pergunto, aos nobres vereadores, e aquelas pessoas que não podem se vacinar por questões médicas? Ou algum vereador acha que isso não existe? São vários os casos de pessoas que não podem se vacinar – vamos criminalizar essas pessoas porque elas não vão entrar em nenhum jogo de futebol agora? Há pessoas que não podem se vacinar! E aquelas pessoas que tiveram covid e estão imunizadas, com anticorpos – vamos exigir que essas pessoas injetem no seu corpo, novamente, o vírus, para que, se essa pessoa está imunizada? Não é a respeito de saúde que nós estamos falando; nós estamos falando sobre controle social! As pessoas estão imunizadas a partir de testes que são feitos – e vou dizer para os senhores que não existe plano de saúde que pague esse teste, porque ele é caro; o SUS não paga. Mas a aqueles vereadores que desejarem ver sua imunidade, dou a sugestão: Laboratório Mont’Serrat, entre 200 e 250 reais vocês sabem a sua imunidade. As pessoas imunes são aquelas têm anticorpos naturais, que tiveram covid e estão imunizadas, já que a vacina não imuniza ninguém! Aliás, nenhuma vacina é 100% garantida. Se a vacina não imuniza – vários aqui concordam, falam a respeito disso – o passaporte é para certificar o quê? Certifica o quê esse passaporte? Certifica que eu quero ter um controle sobre as pessoas. Quero fazer uma lembrança ao que os nobres vereadores, àqueles que têm boa memória: em 1926, o Partido Nacional Fascista, da Itália, criou um passaporte sanitário – todos eram obrigados a ter um passaporte para poder circular. O restante da história, aqueles que têm boa memória, que estudaram história, conhecem, conhecem bem a continuidade dessa história. Não fosse o negacionismo, nós teríamos o tratamento imediato; não fosse o negacionismo, haveria pessoas aqui dizendo que queriam que as pessoas tomassem o medicamento no primeiro momento dos sintomas. E isso eu não vi – essas seriam as pessoas que

estariam a favor da saúde. É regra de ouro tratar imediatamente! Concluindo, recebi, da Secretaria de Saúde, por minha solicitação, das pessoas que foram vacinadas, quantas morreram? Setecentas e dezessete pessoas morreram em Porto Alegre, vacinadas. A vacina não impede que a pessoa seja contaminada; a vacina não impede que se contamine; assim como a pessoa que não se vacinou, não impede que seja contaminada ou que contamine; agora, a pessoa que tem anticorpos não pega a covid e também não transmite. Então, fica aqui a minha fala pela liberdade das pessoas; não coloquemos cabrestos aqui em Porto Alegre naqueles que menos têm; aliás, nós não podemos, aqui, estar gerindo um campo de futebol, porque é particular. Obrigada, vou pelo “não”, vou por manter o veto.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Gostaria de fazer uma saudação aos companheiros do PDT que participam hoje aqui: Guilherme, Rafael, Luan e David; obrigado pela presença.

O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLL nº 035/21, com Veto Parcial.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Bom, o que nós acabamos de ouvir nesta tribuna, pela Ver.^a Comandante Nádia, dá o sentido político para o que nós estamos debatendo. O veto do prefeito Sebastião Melo ao passaporte vacinal em eventos sociais e esportivos, na verdade, revela um pacto de governabilidade que o prefeito fez, desde o primeiro dia de governo, que é o pacto com o bolsonarismo e com o negacionismo. Esse pacto é cruel porque custou a vida de centenas de porto-alegrenses. A primeira medida do prefeito Sebastião Melo foi liberar o *kit* covid; depois, quando o Brasil e o mundo já tinham visto a ineficácia dessa medida, depois que a oposição conseguiu barrar a distribuição desses medicamentos – e hoje nós estamos aí diante de vários escândalos nacionais que mostram como seres humanos foram tratados como cobaias para teste de medicamentos como esse -, votou-se, aqui na Câmara de Vereadores a aprovação do *kit* covid, uma vergonha! Não cansados de passar vergonha, estamos hoje debatendo esse veto, enquanto o Rio Grande do Sul inteiro se prepara para, a partir da semana que vem, cumprir o decreto estadual de obrigatoriedade da apresentação do passaporte vacinal. É uma vergonha atrás de outra! Tudo para garantir esse pacto de governabilidade com o bolsonarismo. Vejam bem, a vice-líder do governo sobe aqui nessa tribuna para espalhar *fake news*, para falar um monte de mentira, de ideias que a gente sabe de onde ela está tirando. Trata-se, sim, de um movimento nacional e internacional contra as vacinas, que tem mobilizado a extrema-direita e os fascistas; a vereadora veio aqui falar sobre partido fascista italiano. O fascismo italiano, vereadora, mobilizou-se neste final de semana contra as vacinas, o que teve repercussão mundial, porque fizeram ações de violência, de autoritarismo, de restrição das liberdades, tudo contra a vacina! Então, o prefeito Sebastião Melo não pode ser ingênuo diante de um veto como esse. Na verdade, ele está fazendo política para uma minoria

da cidade de Porto Alegre; é a minoria que insiste em não tomar vacina – cada vez mais minoria. Os motivos que o prefeito apresenta são insustentáveis: primeiro, o tema de existência de fiscais - nós não estamos falando de uma medida meramente administrativa; o passaporte vacinal, neste momento, é uma necessidade humanitária, para que a gente supere a pandemia. Vejam bem, os números estão caindo, mas nós não estamos ainda diante de um quadro endêmico, ainda se trata de uma pandemia, e o passaporte, neste contexto, é uma possibilidade de a gente ampliar a conscientização, de a gente mobilizar a sociedade pela superação da pandemia. Hoje, nós estamos com a menor taxa de transmissão dos contaminados por covid-19 no Brasil; o Rio Grande do Sul, nesta segunda-feira, apresentou o menor número de óbitos desde novembro, para uma segunda-feira! E todos especialistas convergem em dizer que a responsabilidade disso é a vacina; não há outra questão que explique a situação que estamos vivendo neste momento. O passaporte vacinal é benéfico para a retomada da atividade econômica, para a realização de eventos sociais, esportivos e até mesmo religiosos; então, nós vemos, nesse discurso mentiroso, irresponsável, feito aqui nesta tribuna, a continuidade de um pensamento que vitimou milhares de vidas no nosso País, que disseminou informações falsas – é um absurdo que a gente esteja diante dessa situação. Eu quero dizer também que o prefeito Sebastião Melo insiste em fazer política para manter seus votos aqui na Casa, e a população de Porto Alegre tem que saber disso, ele está fazendo isso para, depois, conseguir negociar votações aqui dentro, porque mantém essa base mobilizada, organizada, em torno do discurso negacionista. Mas, felizmente, nós estamos vendo aqui declarações de um arco partidário bem amplo, que demonstram responsabilidade sobre a situação que a gente está vivendo. Eu espero que a gente consiga derrubar esse veto, mesmo que o decreto estadual comece a valer na semana que vem, porque hoje ele é uma sinalização do prefeito Sebastião Melo que não vai lutar até as últimas consequências para fazer com que o conjunto da nossa população se vacine, vai continuar dando espaço para discursos que perpetuam essa situação em que estamos vivendo há quase dois anos. Isso é uma irresponsabilidade muito grande com a nossa população; é uma irresponsabilidade com os servidores do SUS que estão lá, dando a vida, literalmente, esforçando-se, trabalhando dobrado para conseguir vacinar, dia após dia, a nossa população. Na verdade, é a prova de que o grande responsável por essa situação em que estamos vivendo neste momento é o Sistema Único de Saúde, que apesar do boicote do Presidente, que segue, porque o orçamento apresentado na Câmara Federal para compra de vacinas em 2022, já está mais do provado que será necessário, é muito menor do que o utilizado em 2021 – então o boicote segue. As tentativas de desmoralizar as medidas não farmacológicas também seguem; tudo isso vai custar um preço muito caro para esses políticos que hoje estão fazendo essa escolha demagógica, que estão se alinhando ao movimento internacional, cada vez mais minoritário, que defende que a população, na verdade, possa aplicar um conceito meio estranho de liberdade. As liberdades, na Constituição, não são ilimitadas, tem que haver respeito ao outro, tem que haver capacidade de ter empatia, de ter solidariedade, e é tudo isso que essa extrema-direita, que esses fascistas não têm. E nós estamos mostrando, a cada dia, com a defesa da vacinação, que esse é um ponto que

pode unificar o povo brasileiro. E através da mobilização, podem ter certeza de que o tempo de vocês está acabando. Mais cedo ou mais tarde nós vamos conseguir vencer, sim, porque o povo brasileiro está cansado dessa política genocida de morte, de desemprego, de desrespeito com a população do nosso País.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLL nº 035/21, com Veto Parcial.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, colegas vereadores e vereadoras, cidadãos e cidadãs que estão acompanhando a nossa sessão aqui nesta tarde. Não poderia de deixar de dar também aqui a minha contribuição, depois de ouvir aqui um discurso completamente negacionista e irresponsável da nossa colega, Ver.^a Comandante Nádia. É lamentável imaginar que se utilize de um espaço como este para poder motivar os cidadãos e cidadãs a não serem vacinados. Eu pergunto à Ver.^a Nádia se ela se vacinou contra a poliomielite, por exemplo, contra o sarampo, contra a gripe? Não é diferente, porque que são pandemias, patologias com relação às quais há uma certa naturalidade de o cidadão buscar a proteção para ficar autoimune. Não foi diferente a questão da covid, as pessoas, numa ansiedade de buscar uma solução, não encontravam no poder público o apoio adequado para poder vacinar o quanto antes a população brasileira, e nos deparamos com um governo fascista, negacionista, irresponsável, que inclusive será condenado por crime contra a humanidade. Pode esperar, uma das condenações que ele terá na CPI será o crime contra a humanidade. Lá na Prevent Senior todos nós percebemos, inclusive foi um dos temas da CPI lá no Senado, que eles já adotavam o tratamento precoce, inclusive a retirada do oxigênio das pessoas, agora está vindo tudo à tona. Lamentavelmente, nós temos que hoje, Robaina, ouvir esse tipo de fala! Quando é que a Câmara vai adotar um sistema de poder pedir, então, o passaporte vacinal? Está na hora, todos os órgãos públicos estão pedindo, a Assembleia vai funcionar agora, esta semana. O governador vai baixar um decreto para valer em todo o Estado. E a Câmara vai ficar de que forma? Pedindo vistas a um projeto do nosso colega, Ver. Leonel Radde, para não o votar o quanto antes? Empurra com a barriga? Quanto tempo para poder decidir? A Câmara tem que ter autonomia, como tem na votação de projetos de lei, para poder definir quem pode entrar neste plenário! As pessoas entram com máscara, as pessoas utilizam o álcool em gel, mas tem pessoas que não fizeram a vacina! Mas então não usem a máscara e não usem o álcool em gel! Por favor, há uma contradição nisso! Vamos ter respeito! Se alguém aqui não quer ser contaminado, não oportunize contaminar os outros. Isso vale para as ambas partes, ambos os lados, por isso que nós vamos votar a favor do veto do projeto de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. Porque é uma naturalidade, há uma concepção já aceita pela população, muito mais de 90% aceitam que nesses eventos hajam, sim, as recomendações feitas pela Organização Mundial da Saúde, o passaporte vacinal, a verificação de temperatura do cidadão, uso

do álcool em gel, para poder não voltarmos a ser um vetor, superando um ponto de poderem as pessoas ser contaminadas novamente. Então, é lamentável que nós podemos aqui rever, lembrar quantas pessoas perderam a vida durante esse tempo, mais de 600 mil pessoas, e ainda tem coragem de dizer que não recomenda a vacina! Ou que tem mais 25% da população brasileira que não quer e não vai fazer a vacina, mas vão ser impedidos, com certeza, ali, amanhã, no dia seguinte, quando tiver um evento, quando tiver qualquer atividade, quando tiver que entrar no espaço público para poder, enfim, não contaminar as demais pessoas. Nesse sentido é lamentável termos alguns colegas que ainda não defendem o passaporte vacinal ou a vacina. Nesse sentido que nós vamos votar pela derrubada do veto, com certeza, deste projeto que ora está em discussão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLL nº 035/21, com Veto Parcial.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde vereadores, vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara. Este projeto, especificamente este veto é uma possibilidade de a Câmara de Vereadores realmente ter alguma utilidade pública este ano. Porque nós tivemos uma Câmara cujas votações, em geral, foram contrárias ao interesse público. Infelizmente, nós fomos derrotados em muitas oportunidades. Mas eu espero que neste caso específico, pelo menos, a razão iluminista mínima prevaleça. A gente sabe que a modernidade também produziu o fascismo, mas a origem da modernidade está ligada a ideias de liberdade, que são ideias ligadas ao incremento da capacidade da humanidade de se relacionar livremente com respeito ao outro. Não à liberdade simplesmente de massacrar o outro, porque alguns que defendem a liberdade abstrata, na verdade defendem a liberdade de produzir ações públicas que levem à morte, tanto é que nós temos um governo nacional que tem como linha - teve durante toda a pandemia - questionar a importância da vacina, questionar a importância do isolamento social, boicotou, o tempo inteiro, as medidas preconizadas pela Organização Mundial da Saúde, e o resultado é que nós temos mais de 600 mil mortos no País. Esse foi o resultado da política negacionista de um governo genocida. Aqui, em Porto Alegre, existe um setor político que quer reproduzir essa linha do bolsonarismo e quer ganhar votos com isso, porque o bolsonarismo ainda tem uma base eleitoral, está perdendo cada vez mais base, Ramiro, porque o Brasil felizmente... Não, eu acho que o Ramiro já nem está mais com o Bolsonaro, o Ramiro acho que já descolou do Bolsonaro, se esteve alguma vez, não me lembro se esteve, não vou ficar discutindo o caso do Ramiro, ele estava aqui tentando me provocar sem nenhuma agressividade. Mas o que eu quero dizer, Ver. Jonas, é que aqui em Porto Alegre tem esse setor oportunista de extrema-direita que quer tentar votos naquela onda bolsonarista, que já diminuiu muito, mas que ainda existe. E eles não se importam se essa política preconizada por eles produz mortes! Eles não se importam que essa política preconizada por eles

incentiva a ignorância, uma ignorância que faz com que nós tenhamos uma situação de calamidade no País. Mas eu estava dizendo que, felizmente, no Brasil, existe uma cultura favorável à vacina. O Brasil é um país que conseguiu construir um Sistema Único de Saúde que não existe, por exemplo, nos Estados Unidos, onde a medicina é privada e quem não tem condições de pagar não tem atendimento. No Brasil, tem o SUS! E como existe no Brasil uma corrente histórica defendendo o serviço público, defendendo a ciência, defendendo medidas de saúde pública civilizatórias, que é o fato que explica que nós tivemos uma Constituição progressista em 1988, na Câmara de Vereadores, neste caso específico, eu espero que predomine uma posição iluminista, uma posição pró-ciência, uma posição pró-saúde pública. E não é à toa que uma das proponentes da emenda que nós queremos manter foi a Ver.^a Cláudia, que é da base do governo Melo. A Ver.^a Cláudia não é da oposição. E eu ouvi discursos aqui, como discurso do Ver. Mauro Pinheiro, que eu saiba tem votado sempre com o governo, neste caso eu ouvi o Mauro Pinheiro dizendo que este veto não pode ser mantido. O Janta da mesma forma. Neste caso, eu não estou dividindo a votação entre oposição e situação. Eu estou dividindo a votação entre iluminismo, entre defesa mínima do interesse público, da saúde pública e da ciência, e aqueles obscurantistas que defendem o fascismo, que defendem a extrema-direita, que defendem, em última instância, o bolsonarismo, o mais ortodoxo e rigoroso bolsonarismo, que nada mais é do que o movimento antipopular, anticientífico, irracionalista, e que evidentemente eu espero que a Câmara de Vereadores dê uma lição básica de que nesse ponto, pelo menos, não se vai dar a vitória para aqueles que defendem posições bolsonaristas, embora o prefeito Melo tenha vetado a emenda da Ver.^a Cláudia Araújo, que é da base do governo. Eu espero que boa parte da base do governo não aceite dar *o.k.* para esse veto do prefeito Melo, que foi evidentemente um gesto para dizer que a base de extrema-direita pode ficar tranquila com o seu governo, porque o seu governo também é capaz de responder aos interesses dessa base bolsonarista de extrema-direita, porque, como todos sabem, nós temos definido o governo Melo como um governo de aliança entre o centrão e o bolsonarismo, mas, nessa aliança entre o centrão e o bolsonarismo, eu sempre fico na expectativa de que uma parte do centrão aceite a ideia da saúde pública, da ciência e, portanto, vote conosco para derrubar este veto, que é um veto que expressa o bolsonarismo no interior do governo. Eu acho que, neste caso, não vale a pena os vereadores que são parte da base do governo, que não estejam com o bolsonarismo, darem esse aval para a Ver.^a Nádia, que espero que comande cada vez menos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o PLL n° 035/21, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente Márcio, quero cumprimentar, mais uma vez, meus colegas, público que está nos acompanhando. Eu estava ouvindo atentamente os debates aqui, eu quero oferecer uma visão um pouco alternativa sobre esse processo. Primeiro de tudo, acho que todos nós entendemos que a vacinação é muito importante, tem sido o divisor de águas no tratamento da pandemia. Acho que a Ver.^a Cláudia Araújo ao fazer a emenda está imbuída desse espírito e reconheço todo esse esforço que os parlamentares desta Casa têm feito para que a gente possa efetivamente atingir um nível de segurança sanitária, epidemiológica para os nossos cidadãos. Acho que todo esse ponto é muito válido, necessário, ótimo e importante. Mas eu acho que o debate aqui acabou indo para um lado que não é produtivo. Acho que ninguém aqui, ou pelo menos eu não tenho a pretensão de debater governo federal, ou de debater passaporte “sim” ou “não”, porque eu acho que esse não é o ponto. O ponto aqui, na minha opinião, são três tópicos com relação à forma dessa legislação, não quanto ao mérito, mas à forma. A primeira coisa é que não me parece ser a melhor técnica legislativa você fazer uma imposição e ter um questionamento de constitucionalidade, primeiro, da forma com que ela busca fazer a organização do próprio Poder Executivo com relação à gestão da pandemia. Acho que isso carece de constitucionalidade da matéria.

Segundo ponto, acho que o argumento da justificativa do veto está um pouco frágil por só falar da incapacidade operacional, que é relevante, mas talvez não seja o mais importante, acho que é um adicional de problemática nesse tema.

E o terceiro e mais importante deles, na minha opinião, é que nós não deveríamos, num período de excepcionalidade como nós estamos vivendo, de pandemia, em que não somente a tecnologia da vacina é muito recente, estão sendo desenvolvidos medicamentos, Ver. Pablo, Ver. Ruas, as próprias boas práticas epidemiológicas de saúde têm-se modificado com muita rapidez, que nós consolidamos em legislação uma forma de gerir esse processo. Eu acho que o decreto é o melhor instrumento jurídico, e, além disso, nós temos já decreto estadual vigorando, que está atendendo todos esses pontos, nós estamos contemplados pelos entendimentos sanitários. Portanto a legislação, da forma como está, não só se torna inconstitucional e torna-se de difícil execução operacional como também ela se torna pouco produtiva, talvez até problemática daqui a seis meses ou um ano. Imaginem, num cenário em que nós avancemos em termos de tecnologia farmacêutica, epidemiológica, e tenhamos que revogar essa legislação porque nós consolidamos em lei, em vez de fazer um decreto. Nós teremos que debater um projeto, então, que vão nos acusar de sermos anticientíficos, ou então de sermos antivacina, enquanto que, daqui a pouco, temos um medicamento que está fazendo... Ou seja, a gente não consegue prever o futuro ali na frente, mas a técnica legislativa mais apropriada, neste momento do processo, não seria colocar isso em legislação dessa forma como está sendo feito, na minha opinião. Obviamente, eu respeito aqui as posições de todos os colegas, e novamente reconheço muito o esforço de todos os colegas que entendem que essa é a melhor forma. Novamente: sou favorável às vacinas, me vacinei e acho que é fundamental, Ver.^a Laura, a vacinação, mas acho que a forma aqui está equivocada, acho que a forma aqui

talvez não seja da melhor prática. E por isso eu entendo que a manutenção do veto não é uma manutenção pró-genocídio, pró-discurso antivacina ou a favor de vacina, pró ou contra o passaporte vacinal, mas, sim, no meu caso em específico, é muito mais sobre técnica legislativa apropriada e, como a gente consegue tratar dos problemas reais do momento de excepcionalidade como nós vivemos, da melhor forma possível para o cidadão. Eu entendo que hoje nós estamos amparados legalmente de formas até melhores, e os decretos são muito mais efetivos junto às comissões técnicas e às comissões de crise, aos comitês de crise, para tratar dessas questões do que nós fazemos essa consolidação em legislação municipal.

Então, era só com isso que eu queria contribuir, mais uma vez quero deixar meus cumprimentos. Sei que a Ver.^a Cláudia está superimbuída desse espírito, reconheço todo o seu esforço e acho que é supervaleroso isso. De forma alguma quero aqui contrapor no mérito, mas quis dar essa minha contribuição de como estou vendo essa discussão e como eu estou vendo também muitos vereadores tratarem de uma forma até mais talvez ideológica, mais carregada de uma política nacional do que efetivamente do plano prático aqui do nosso Município. Agradeço mais uma vez, desde já uma boa-tarde a todos nós.

(Não revisto pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 035/21, com Veto Parcial.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Então, vamos começar pelo início de quem não pode se vacinar com as vacinas disponíveis no mercado. Em janeiro deste ano, saiu uma série de dúvidas de quem poderia ou não, inclusive grávidas, pessoas com câncer, que foi reformulado logo em seguida orientando as grávidas, principalmente as lactantes, a tomarem a vacina, orientando as pessoas com câncer, principalmente as que estavam fazendo radioterapia ou quimioterapia; com asma; inclusive as pessoas que tomam anticoagulante, as autoimunes e os transplantados. Única restrição foi a quem possa ter alguma alergia ao componente.

Quando eu digo começar do início, é o que queriam o secretário de saúde e o diretor da Vigilância Sanitária, é o que nós estamos discutindo agora aqui, o comprovante vacinal. Mas o *lobby* de quem acha que não tem que tomar vacina, de quem acha que está com o corpo fechado, que está imune foi mais forte, e isso obriga, é claro, esta Casa a legislar. Tentativas de argumento, e a Comandante Nádia fica fazendo lobbyzinho, eu já estou até querendo pedir verificação de quórum depois que eu falar aqui, porque na escola em que a Comandante Nádia se formou, eu fui expulso três vezes. Porque nós, que queremos que nos estádios de futebol tenha esse controle da vacina, precisamos de 19 votos; então, nós precisamos que estejam 19 pessoas aqui. E agora começam a aparecer várias atividades, bancadas que têm eventos; vereadores que têm atividades, sabendo que quarta-feira é dia de votação, mas nós podemos votar na segunda, apesar de que eu sempre digo que em uma noite há um interregno numa

votação. Eu já vi alguns resultados, mediante a noite, serem mudados, Ver. Robaina, mas aí nós teremos mais uns cinco dias para mudar esse resultado, que eu acredito que não vai mudar. Há uma convicção desta Casa no sentido de que as pessoas têm que tomar vacina. Alguns não tomaram e estão aqui dentro, usando o seu direito de contaminar o próximo.

Agora, eu peço aos colegas para fazerem uma reflexão: um pai que ficou dentro de casa durante todo esse período do coronavírus, tem a possibilidade de ir num estádio de futebol e levar o seu filho portador de deficiência. E mais ainda, Comandante Nádia: levar o seu filho autista, que, por lei, não precisa usar máscara – o Ver. Felipe Camozzato vai ser pai agora. Então, se nós estamos preocupados que nós vamos criar uma regra que poder ser... não, qualquer país do mundo exige vacina da febre amarela, qualquer país do mundo sabe que o coronavírus não terá cura, que, assim como a H1N1, tende a ter as suas mutações. Então, nós estamos prevenindo, esse é o papel do legislador: prevenir o futuro. Claro, que, se lá na frente tiver a cura, como outras doenças que já tiveram cura, será desmanchada a lei que nós estamos criando, que a pessoa que ir para o estádio de futebol, aquele pai com direito de levar o seu filho autista num jogo de futebol, terá a certeza de que as pessoas que lá estiverem estarão todas vacinadas. Aí, quando a Comandante Nádia fala das comunidades carentes... Quem é que tem 280 pilas para pagar o exame, que ela indicou até o laboratório aqui? Essa comunidade carente, se as vereadoras não sabem, estão lá na periferia no boteco assistindo à TV de máscara – de máscara! Vários botecos da periferia exigem o comprovante vacinal. É que o pessoal não tomou a vacina, então eles não sabem como funciona. Eles não sabem! Claro que, se não tomou, não sabe. Não sabe que quem o vacinou foi a Vanessa lá no posto de saúde da Bom Jesus, não sabe que quem o vacinou foi a Kátia lá no Posto de Saúde Modelo. Mas se não tomou a vacina, então não sabe como funciona, que vem o lote da vacina, que vem o número da vacina, quem te vacinou e onde, a hora e quando. Que Oxalá permita que eu possa tomar a terceira dose rapidinho, que eu possa tomar a vacina do sarampo. E vou dizer novamente o que eu disse aqui, já algumas vezes: se tem o corpo fechado, o corpo fechadinho, seja lá por Tranca Rua, por Destranca Rua, seja por Exu, ou seja por algum orixá, ou caboclo, ou preto velho, é isso, tem o seu corpo fechado, não usa nem máscara. Se tem esse corpo fechado, não usa nem álcool em gel, se tem esse corpo fechado, não toma remédio, vai no curandeiro, se tem esse corpo fechado vá viajar, tente entrar em algum país do Mercosul. Eu queria saber, se não tivesse tomado a vacina, se o prefeito iria entrar na Espanha.

Eu só quero dizer que os vereadores falam... isso não é... volto a dizer ainda: este veto não é um veto do governo, este é um veto de quem barrou a iniciativa da Secretaria da Saúde de já incluir isso, é de quem barrou! Que é um projeto de negar a doença, de negar a cura dessa doença, de negar o combate dessa doença, achando que tem o corpo fechado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisto pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Claudio Janta.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Claudio Janta.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Quinze Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não há quórum. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h23min.)

* * * * *